

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT' ANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**AS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS (MPE) E O PAPEL DO BNDES NO SEU FINANCIAMENTO**

BRUNO DE OLIVEIRA CARRION

SANTANA DO LIVRAMENTO

2016

BRUNO DE OLIVEIRA CARRION

**AS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS (MPE) E O PAPEL DO BNDES NO SEU FINANCIAMENTO**

Trabalho de conclusão apresentado como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: André da Silva Redivo

SANTANA DO LIVRAMENTO

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C318d Carrion, Bruno de Oliveira

AS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE) E O PAPEL DO BNDES NO SEU FINANCIAMENTO / Bruno de Oliveira Carrion.

59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
2016.

"Orientação: André da Silva Redivo".

1. Micro e Pequenas Empresas. 2. Dificuldades. 3. Financiamento. 4. BNDES. I. Título.

BRUNO DE OLIVEIRA CARRION

**AS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS (MPE) E O PAPEL DO BNDES NO SEU FINANCIAMENTO**

Trabalho de conclusão apresentado como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Área de Concentração: Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Me. André da Silva Redivo
Orientador
UNIPAMPA

Prof.Me. Diego Dorneles Goularte
UNIPAMPA

Prof.Dr. Mauro Barcellos Sopeña
UNIPAMPA

Dedico esse trabalho aos meus pais, Jorge Carrion e Edila Carrion, a minha irmã e a minha esposa Francieli Carrion, amo vocês

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por me abençoar e me dar força perante as dificuldades, obrigado senhor.

Agradeço aos meus pais Jorge Carrion e Edila Carrion por acreditarem e proporcionarem as condições necessárias para alcançar os meus objetivos, muito obrigado.

A minha esposa Francieli, pela paciência, por entender os momentos em que tive ausente, pelo carinho e força nos momentos em que pensava em desistir, te amo.

Ao meu Orientador André Redivo pelas conversas, apoio, orientações e pela paciência com o orientando irresponsável, obrigado.

Agradeço ao meu cunhado, Diogo Alisson, por dedicar parte do seu tempo para me ajudar na formatação do trabalho.

Aos meus colegas durante o curso, obrigado galera.

A todos os professores do curso, obrigado pelo ensino proporcionado, pelas conversas, a convivência, meus sinceros agradecimento.

A toda minha família que sempre acredito que meu sonho seria possível, obrigado a todos.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades de acesso ao crédito para financiamento das micro e pequenas empresas (MPE) na economia brasileira e o papel do BNDES no seu financiamento. Conforme a teoria pós-keynesiana o investimento é essencial para as empresas expandirem sua produção, sem a necessidade prévia de poupança. Os investimentos, para serem efetuados, dependem da participação das instituições financeiras na concessão dos empréstimos. Essa falta de crédito por partes das instituições financeiras ocorre devido a falta de garantia e de informações sobre as MPEs, dificultando as análises de risco dos bancos. Além disso, há baixa atratividade do setor privado a esse tipo de financiamento. No entanto, o Estado, por meio de bancos de desenvolvimento, atua de forma determinante em setores de pouco interesse do setor privado. Portanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) atua no mercado brasileiro como importante financiador das micro e pequenas empresas no Brasil, corrigindo falhas deixadas pelo setor privado.

Palavras Chave: Micro e Pequenas Empresas, dificuldades, financiamento, BNDES.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the difficulties of access to credit for financing micro and small enterprises (SMEs) in the Brazilian economy and the BNDES 'role in financing them. According to post-Keynesian theory investment is essential for companies to expand their production without the prior need for savings. The investments, to be made, depend on the participation of financial institutions in the granting of loans. This lack of credit by parts of financial institutions occurs due to a lack of assurance and information about MIPs, making it difficult for banks to analyze their risk. In addition, there is a low attractiveness of the private sector to this type of financing. However, the state through development banks acts decisively in sectors of little interest to the private sector. Therefore, the National Bank for Social Development (BNDES) operates in the Brazilian market as an important financier of micro and small companies in Brazil, correcting the failures left by the private sector.

Keywords: Micro and Small Enterprises, difficulties, financing, BNDES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Circuito Finance – Funding.....	19
Figura 2: Geração Líquida de Emprego na Última Década – Brasil.....	32
Figura 3 – Razões alegadas pelos bancos para não dar empréstimos às MPEs, segundo as empresas com propostas de crédito negadas.....	35
Figura 4- Fonte dos recursos utilizados para montar a empresa, nas MPEs paulistas abertas entre 1997 e 2001.....	38
Figura 5 - Tipo de financiamento que estava utilizando no momento da entrevista.....	40
Figura 6 – Fonte de recurso do BNDES.....	42
Figura 7- Evolução dos desembolsos por portes. (2006 a2015).....	45
Figura 8 – Progressão de desembolsos anuais do BNDES para MPEs em RS milhões a preços de 2015.....	46
Figura 9 – Número de operações realizadas pelo BNDES (Todos os portes de empresa).....	47
Figura10 - Evolução no número de operações do BNDES por empresas.....	48
.....	48
Figura 11 – Evolução dos desembolsos do BNDES a preços de 2015 por porte de empresas.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação por número de pessoas ocupadas.....	29
Quadro 2 – Classificação por faturamento anual.....	30
Quadro 3 – Classificação porte das empresas pelo BNDES.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Concentração de MPEs por Regiões	31
Tabela 2-Número de Pessoas ocupadas nas MPEs por região	31
Tabela 3 – Desembolsos do BNDES entre 2006 a 2015 em R\$ milhões a preços de 2015.	44
Tabela 4 –Número de operações do BNDES por porte de empresas.....	47
Tabela 5 – Desembolsos do BNDES do período de 2006 a 2015 em R\$ milhões de 2015.....	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. OBJETIVOS	14
1.1.1. Objetivo geral.....	14
1.1.1.1 Objetivos específicos.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.3 METODOLOGIA.....	15
2. INVESTIMENTO E CRÉDITO	17
2.1 <i>Finance e Funding</i>	17
2.2 Incerteza	20
2.3 Papel do Estado e os Bancos de Desenvolvimento	23
3. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E ADIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MPE'S	28
3.1 Caracterização das MPE.....	28
3.2 Dificuldade de acesso a crédito	33
3.3 As formas de financiamento das MPES	37
4. O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO FINANCIAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	40
4.1 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	40
4.2 Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nas Micro e Pequenas Empresas	43
4.3 Linhas de Financiamento do BNDES para MPES	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	53
ANEXOS	57

1. INTRODUÇÃO

As empresas quando tomam a decisão expandir sua planta produtiva, compra de máquinas e equipamentos necessitam de financiamento. O investimento na definição do *mainstream* econômico é que poupança é igual a investimento, portanto para que haja investimento a poupança é necessária.

No entanto, para os postulados pós-keynesianos, para que ocorra investimento não necessariamente precisa haver poupança prévia. Esse conceito pode ser entendido através do circuito *finance-funding*, por intermediação financeira com disponibilização de crédito para os agentes investirem nas empresas.

A tomada de decisão de investir é acompanhada por um problema denominado incerteza. A incerteza torna-se um problema em relação ao investimento, pois ela não consegue ser estimada, o grau de incerteza que está presente nesse processo não consegue ser medido diferentemente do risco. Desse modo, o acesso ao crédito para investimento torna-se dificultoso, restringindo o crédito.

Os pós-keynesianos defendem atuação do Estado na economia, cumprindo papel fundamental no financiamento de projetos que possuem pouca atratividade pelo setor privado. Como visto, quando ocorre essa restrição de crédito para investimento, o Estado passa a atuar através dos bancos de desenvolvimento, com isso intervêm para correção de gargalos deixados pelo setor privado.

No Brasil, de acordo com SEBRAE (2014), as micros e pequenas empresas atuaram de forma determinante nos últimos 30 anos no país, sendo responsáveis pela geração de emprego e distribuição de renda. As MPE representam 44% dos empregos formais no setor serviços e 70% dos empregos gerados no comércio. Esses números destacam a participação das micro e pequenas empresas na geração de empregos e no PIB do país. Segundo o SEBRAE (2014) contam com um tratamento específico onde são favorecidas com distinta tributação em relações as demais empresas

As MPE obedecem alguns critérios de classificação, segundo SEBRAE (2014), podem ser pelo número de empregados ou pela receita auferida, as microempresas são às que contém até 09 pessoas ocupadas no setor de serviços e comércio e até 19 na indústria, já a pequena empresa pode ter de 10 a 49 pessoas ocupadas no setor de serviço e comércio e 20 a 99 pessoas na indústria, acima desses números são consideradas média e grande empresa.

Em relação a receita auferida o SEBRAE (2014) adota três tipos de classificação de empresa através da receita. Entres o critério adotado estão os microempreendedores individuais, com faturamento até R\$ 60.000,00; microempresas são consideradas com receita de até R\$ 360.000,00; de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600,000 são consideradas pequenas empresas; empresas com receita superior são consideradas médias e grande empresa.

As empresas, quando necessitam realizar investimentos na sua infraestrutura, inovação ou expandir sua produção procuram o mercado financeiro em busca de financiamento (COSTA 1999).No entanto se deparam com algumas dificuldades.Uma dificuldade que as MPE enfrentam no Brasil o acesso limitado ao crédito para sua expansão.De acordo com Zica (2008), mesmo ocorrendo uma estabilidade econômica e um aumento significativo no número de financiamentos e empréstimos as MPE acabam encontrando barreiras na obtenção de crédito para realização de investimento.

Um dos fatores que ocasionam essa dificuldade segundo Zica (2008) é a falta de garantias financeiras por parte das MPE, o que dificulta a liberação do crédito. Outro fator importante é a presença de assimetria de informações entre MPEs. Segundo Zica (2008) o elevado grau de incerteza proporciona uma forte razão para redução do acesso ao crédito.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha um papel na importante no financiamento das MPEs, dada a baixa atratividade do setor privado o BNDES atua na disponibilização de financiamento para as MPEs. Desse modo, através de análise de desembolsos do BNDES é possível identificar a atuação decisiva nos pequenos negócios, sendo o principal banco financiador dos pequenos negócios no Brasil. ***Devido ao grau de participação significativo das micro e pequenas empresas na economia brasileira este trabalho busca compreender: quais os fatores que dificultam as MPE ao acesso ao crédito? Como o BNDES atende as necessidades de crédito das MPE?***

1.1.OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Analisar as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas no acesso à financiamento e participação do BNDES como principal instituição financiadora das micro e pequenas empresas no Brasil.

1.1.1.1 Objetivos específicos

- a) Realizar uma análise da importância do financiamento com base no circuito de financiamento keynesiano *Finance-Funding*, apresentar o conceito de incerteza e também caracterizar os Bancos de Desenvolvimento.
- b) Caracterizar as Micro, Pequenas e Médias Empresas, identificar as principais dificuldades e limitações enfrentadas pela MPE, com ênfase na questão de financiamento e descrever como tais empresas se financiam.
- c) Analisar o papel do BNDES no financiamento das MPEs através de dados de desembolsos de sua atuação.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, existem nove milhões de micro e pequenas empresas, visto que, as empresas de pequeno porte no Brasil apresentaram um papel considerável no PIB sendo responsáveis por 27% do produto interno bruto brasileiro segundo o SEBRAE (2014).

Portanto, o papel das micro e pequenas empresas são representativos na economia brasileira, constitui-se como grande fonte geradora de emprego e renda com forte participação no PIB. Entretanto, essas empresas convivem com o problema de acesso ao crédito tanto em instituições financeiras públicas, quanto em instituições financeiras privadas (ZICA, 2008). Ao mesmo tempo, às empresas de grande porte são oferecidas uma grande quantidade de crédito, além de facilidade de pagamentos e taxa de juros menores, tanto por parte do governo através do BNDES, como por instituições financeiras.

A expectativa é que esse trabalho contribua para identificação dos principais problemas enfrentados pelas MPE no momento que necessitam de financiamento, sendo que,

devido o papel significativo exercido pelas MPE na economia brasileira, necessitando de crédito para expandirem sua produção. O trabalho busca identificar as formas de atuação do BNDES e se elas contribuem de maneira positiva nas condições de financiamento das MPE.

1.3 METODOLOGIA

Para elaboração de trabalhos científicos, é necessária a utilização de métodos de pesquisa. Cada área específica de pesquisa possui uma abordagem diferente da outra. Desse modo o método é distinto de uma pesquisa para outra dependendo da área a ser estudada. Portanto através da utilização de método é possível traçar um objetivo, unindo conhecimentos válidos e verdadeiros, ajudando na tomada de decisões e identificando possíveis erros (LAKATOS 2010).

Na construção do primeiro objetivo foi feita uma revisão bibliográfica sobre a importância do financiamento para investimento das empresas com base na teoria keynesiana e pós-keynesiana através do circuito de financiamento *finance-funding*. Em relação a importância do investimento foram utilizados textos de CARVALHO (2007) e COSTA (1999). Outro ponto abordado foi a incerteza que está presente na tomada de decisões sobre financiamentos, foram utilizados trabalhos de Keynes (1996), Ferrari e Conceição (2001) Hermann (2011) e Ferraz (2013). Nesse objetivo também foi analisado o papel do Estado através de banco de desenvolvimento, foi utilizado o livro de Diamond (1961).

No segundo objetivo foi realizada uma análise descritiva e exploratória sobre as dificuldades de acesso a financiamento pelas micro e pequenas empresas. Nesse objetivo também foi realizada a caracterização das MPEs e os setores de principais destaques que atuam. Foram utilizados estudos realizados pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), além dos trabalhos de CARVALHO e ABRAMOVAY (2004), ZICA (2008) e MORAIS (2006) e (2008).

No terceiro objetivo foi analisado o papel do BNDES no financiamento das micro e pequenas empresas. Nesse objetivo foram coletados dados secundários sobre os desembolsos do BNDES para as micro e pequenas empresas, no site da instituição. Os dados são de acesso livre e disponibilizados em formato .xlsx. Foram utilizados como variáveis de análise os desembolsos por porte de empresa, desembolso por regiões e o número operações por porte realizadas pelo banco. A partir desses dados foi feita uma análise descritiva dos dados

coletados. Os dados em Reais (R\$) foram deflacionados pelo índice do IPCA 2015, índice oficial do governo.

Para obter o valor deflacionado foi utilizada a formula:

$$\text{Valor nominal} \times (\text{índice 2015}/\text{índice 2006}) = \text{Valor atualizado}$$

Para cada ano deflacionado o índice do período anterior é dividido pelo IPCA 2015 e multiplicado pelo valor nominal, com isso obtém o valor atualizado do desembolso. Além dos dados obtidos e deflacionados do BNDES, foram utilizados trabalhos de COUTINHO (2009) e GOMES e GOMES (2007).

2. INVESTIMENTO E CRÉDITO

O sistema financeiro cumpre um papel importante na oferta de recursos financeiros para expansão dos investimentos. No sistema financeiro as instituições são dinâmicas, pois fornecem recursos entre distintos agentes econômicos e setores com diferentes propósitos (ALMEIDA *et al.*, 2013).

As empresas quando necessitadas de recursos financeiros para realizar investimento na sua planta produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos ou qualquer outro tipo de investimento, captam recursos no mercado financeiro (COSTA, 1999).

No entanto nem sempre essa oferta de crédito não está disponível no mercado financeiro. Essa falta decorre de alguns fatores, entre eles a incerteza sobre a capacidade de pagamento do agente tomador de crédito. Como visto, o mercado acaba enfrentando uma falta de oferta de crédito por parte do setor privado. Esse fator leva ao Estado a intervenção para corrigir as falhas deixadas pelo mercado, através dos bancos de desenvolvimento o Estado passa a atender as demandas dos agentes.

Na primeira seção desse capítulo será analisada a importância do financiamento para as empresas através dos postulados pós-keynesianos e o circuito *finance-funding*. A segunda seção tratará da incerteza presente na decisão de investir. Na última seção será analisado o papel do Estado através dos bancos de desenvolvimento para atender as demandas deixadas pelo mercado privado.

2.1 *Finance e Funding*

O circuito de financiamento keynesiano “*finance-investimento-funding*” é um circuito que demonstra a forma como as empresas buscam recursos financeiros para financiar sua produção, planta produtiva, etc. Na teoria neoclássica investimento e poupança são determinados simultaneamente, sendo a taxa de juros responsável pelo ajustamento. Um aumento no investimento poderia ocorrer no momento que houvesse um aumento na poupança, ou pela taxa de juros ou pela mudança das preferências dos poupadores (CARVALHO, 2007).

No entanto, o circuito keynesiano indica outro fator determinante para que aumente o investimento, portanto não sendo a poupança o único fator. A mudança, de acordo com Carvalho (2007), é que no circuito keynesiano os bancos passam a ter um destaque importante

e não os poupadores. A poupança passa a ser resultado do investimento e não um pré-requisito como no modelo neoclássico. Outro fator importante é “a preferência por liquidez dos bancos e dos aplicadores em títulos que determina o volume e os prazos do financiamento do investimento” (CARVALHO, 2007).

Nesse sistema, os bancos são importantes pela capacidade que possuem de emitir moeda escritural¹ disponibilizando fundos para investimentos. Essa capacidade de emissão de moeda possibilita ao empresário a tomada de empréstimos sem a necessidade de poupança prévia (ALMEIDA *et al.*, 2013). Desse modo, essa capacidade de emissão de moeda por partes dos bancos reforça o argumento da não necessidade de poupança para aumentar o nível de investimento. Esse mesmo entendimento apresenta Cintra (1995, p.315) que diz, “a existência de um sistema de bancos comerciais emissores de moeda escritural, intermediando os fluxos de financiamento, libera os investidores de qualquer necessidade prévia de poupança”.

O movimento inicial do circuito *finance-funding*, parte do agente que necessita de investimento para expandir sua produção, mas não possui uma poupança prévia, então procura o mercado financeiro para obter recursos, uma vez concedido o empréstimo ele eleva seu investimento e sua renda, que conseqüentemente elava sua poupança gerando o *funding*.

Finance é um fundo rotativo que os bancos dispõem para financiamento, esse fundo possibilita que os bancos possam financiar investimentos pela simples troca de mãos de moeda entre os agentes (PAULA, 2013).

Na visão de Cintra (1995, p.315), “o *finance* constitui-se de linhas de crédito ou avanços bancários que permitem antecipar recursos futuros (receita futura), com o propósito de financiar o investimento. Portanto, antecede o investimento e não tem nenhuma relação com a poupança”.

No entanto, quando as empresas têm acesso ao *finance*, destinam o recurso para o mercado de bens e serviços (COSTA, 1999); mas, segundo Costa (1999, p. 245), embora “esses fundos rotativos pareçam funcionar de forma regular e automática, dependem sempre da vontade dos bancos em renovar os empréstimos”.

No entanto, pode ocorrer conforme Almeida *et al.* (2013) que os recursos de *finance* sejam insuficientes, pela multiplicação dos depósitos à vista, então o investimento é

¹A moeda bancária ou moeda escritural consiste nos depósitos à vista existentes nos bancos ou em outras instituições creditícias, normalmente movimentados por intermédio de cheques, que representam um instrumento de circulação da moeda bancária. (BCB, 2016)

financiado no mercado monetário cabendo ao setor bancário ofertar uma maior de quantidade de crédito (PAULA, 2013).

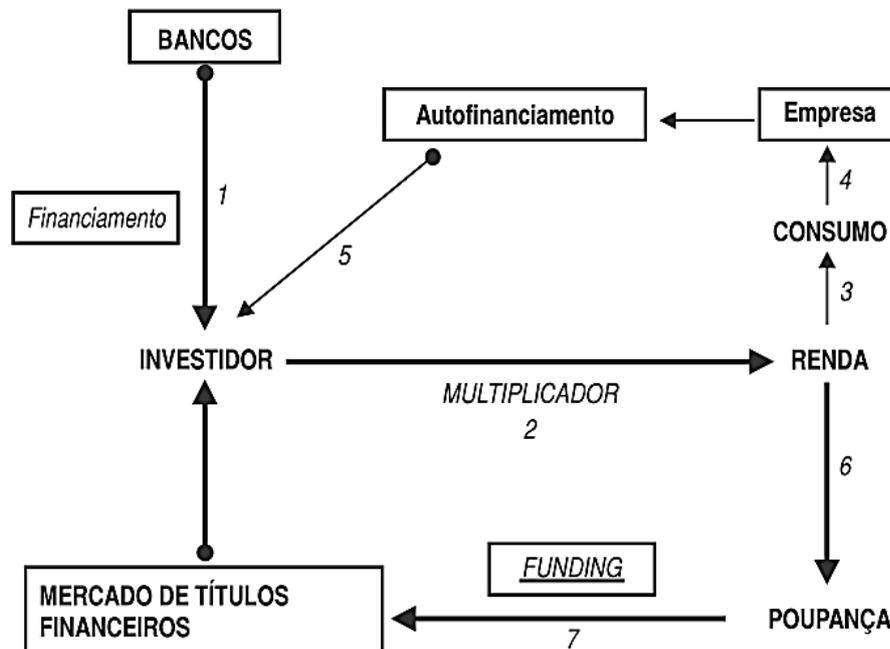
Segundo Almeida (2013, p. 29)

O *finance* constitui-se de linhas de crédito ou avanços bancários que permitem antecipar recursos futuros (receita futura) com o propósito de financiar o investimento. Portanto, antecede o investimento e não tem nenhuma relação com a poupança prévia ou *ex-ante*, mas com a criação de crédito.

O processo de *funding* ocorre no momento em que as dívidas de curto prazo são transformadas em obrigações de longo prazo, tornando compatíveis com o montante das obrigações da firma investidora (PAULA, 2012). Com relação ao *funding*, Resende (2007) reforça dizendo que ele corresponde ao processo de transformação da dívida de curto prazo em uma relação de longo prazo por meio de emissão de títulos e ações, que serão comprados com poupança retida da renda gerada pelo processo inicial de investimento através de *finance*.

Carvalho (2007), explica o circuito *finance-funding* conforme a Figura 1 abaixo:

Figura 2: O Circuito *Finance – Funding*



Fonte: CARVALHO (2007 p. 330.)

Como pode se perceber, os bancos não necessariamente possuem poupança para financiamento, no entanto eles emprestam aos investidores que geram renda e consequentemente consumo através do recurso financiado. Essa geração de renda é causada

pelo multiplicador keynesiano. As empresas se financiam através de recursos bancários ou próprios, e acabam por gerar poupança e *funding* (CARVALHO, 2007).

2.2 Incerteza

A tomada de decisão entre investir ou poupar gera uma grande controvérsia entre duas correntes teóricas, o *mainstren* e os pós-keynesianos. O ponto de divergência das abordagens refere-se ao papel da expectativa na estrutura teórica analítica, como os agentes econômicos determinam sua decisão de poupar e investir. (FERRARI e ARAÚJO, 2000)

Os economistas adeptos aos conceitos neoclássicos, também chamados de *mainstream* econômico entendem que as decisões tomadas pelos agentes são fundamentadas na racionalidade, portanto utilizam cálculos probabilísticos que estimam o risco da operação. Portanto o risco um fator que determinam as estratégias dos agentes (FERRARI e ARAÚJO, 2000).

No entanto a corrente teórica chamada de pós-keynesiana entende que a incerteza atua de forma determinante na tomada de decisão e na consequências das mesmas. Portanto o trabalho aprofundará na abordagem pós-keynesiana, investigando a função da incerteza na tomada de decisões de investimento, tanto dos agentes que buscam investimento, quanto às instituições financeiras que são responsáveis pelo fornecimento.

A escola pós-keynesiana utiliza-se de conceitos de economia monetária de produção, sendo que, economias monetárias são instáveis devido ao ambiente de incerteza (FERRARI e ARAÚJO, 2000). Portanto investimento e crédito estão associados a um ambiente onde prevalece a questão da incerteza nas decisões dos agentes. O mesmo conceito é destacado por Hermann (2011) sobre os pós-keynesianos, onde a principal dificuldade atingir a eficiência do mercado financeiro é incerteza.

A definição de incerteza é apresentada por Keynes (*apud* Ferrari e Conceição, 2001, p.103)

By ‘uncertain’ knowledge, let me explain, I do not mean merely to distinguish what is known for certain from what is only probable. The game of roulette is not subject, in this sense, to uncertainty... Or... the expectation of life is only slightly uncertain. Even the weather is only moderately uncertain. The sense in which I am using the term is that in which the prospect of a European war is uncertain, or the price of copper and the rate of interest twenty years hence... About these matters there is no scientific basis on which to form any calculable probability whatever. We simply do not know. (Keynes, 1973c, p. 113-11)

De acordo com Keynes, como descrito acima, quando um período de tempo é longo, tanto as condições políticas, sociais e econômicas modificam-se, portanto, a mensuração não é possível, portanto os indivíduos são ignorantes em relação ao futuro (FERRARI e CONCEIÇÃO, 2001).

Segundo Ferrari e Conceição (2001), para os pós-keynesianos a incerteza é um dos fatores que determinam as decisões de gastos dos agentes econômicos. A incerteza sobre os resultados futuros das decisões econômicas tomadas são elementos condicionantes que afetam os agentes econômicos.

Além da incerteza outro fator importante a ser destacado é o risco, mas os dois conceitos apresentam definições distintas. Conforme Ferraz (2013), a incerteza apresenta características diferentes de risco, pois não existem fórmulas para mensuração do grau de incerteza. Além disso, apresenta distinção em relação ao risco, pois o risco pode ser mensurado através de métodos para estimação. A incerteza, quando muito forte, tem sua mensuração impossibilitada.

A distinção entre incerteza e o risco também é destacada por Hermann (2011), segundo ela a incerteza não pode ser prevista, portanto é difícil a precificação, enquanto o risco pode ser medido através de modelos estatísticos, utilizando séries de dados e tornando possível formular previsões em relação ao futuro dos investimentos. Os resultados encontrados nos modelos de previsões são adicionados em forma de taxas de riscos no momento que contratos são realizados.

O entendimento de que incerteza não envolve cálculo probabilístico é reforçado por Garcia (1999) onde a incerteza não pode ser quantificada, diferentemente de risco que se utiliza de base científica, podendo ser mensurado através de cálculos. Na visão de Ferrari e Conceição (2001) a incerteza está presente na tomada de decisões, pois a decisão é tomada em cenários onde não existem estudos sobre o contexto onde que está sendo realizada.

Segundo Hermann (2011) o mercado financeiro negocia sobre a expectativa da renda que absorverá no futuro, no entanto envolve risco e incerteza, em relação ao risco existe a probabilidade que ocorram fenômenos desfavoráveis, enquanto sobre as incertezas podem ocorrer fenômenos desconhecidos que podem causar problemas de confiança nos investidores e nos fornecedores de crédito.

A incerteza surge no instante da tomada de decisão por partes dos agentes, um dos fatores que geram incerteza são as informações, podendo elas ser insuficientes para a tomada da decisão correta, outro fator é o tempo, quanto maior o tempo para o retorno da decisão, maior a incerteza. (GARCIA, 1999)

Portanto, na perspectiva Pós-Keynesiana, a incerteza tem uma importância fundamental. Ela é responsável por condicionar os agentes e alterar seu comportamento, fazendo com que eles busquem a elaboração de estratégias que amenizem a incerteza e afastem a possibilidade de perdas irreversíveis. (GARCIA, 1999)

Conforme Ferraz (2013, p.12) “A incerteza está presente em todas as decisões econômicas, mas as afeta de forma diferenciada de acordo com a passagem de tempo envolvida em cada evento econômico”. As incertezas sobre as mudanças econômicas que podem ocorrer com o tempo, dependendo dos tipos de projetos e setores que necessitam de crédito para execução podem sofrer recusa por parte dos bancos, mesmo que haja um sistema financeiro consolidado (FERRAZ, 2013).

As expectativas dos agentes econômicos são modificadas no decorrer do tempo devido a incerteza associada as tomadas das decisões, portanto não pode ser estabilizada como pressupõe as teorias do *mainstream* econômico. Deste modo, os modelos estatístico-matemáticos podem e devem ser utilizados, porém com a ressalva de que não conseguem captar fenômenos de incerteza descritos por Keynes.

Desse modo, a questão entre as decisões humanas e os modelos matemáticos é explicada por Keynes (1996, p.170)

O que apenas desejamos lembrar é que as decisões humanas que envolvem o futuro, seja elas pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender da estrita expectativa matemática, uma vez que as bases para realizar semelhantes cálculos não existem e que o nosso impulso inato para a atividade é que faz girar as engrenagens, sendo que a nossa inteligência faz o melhor possível para escolher o melhor que pode haver entre as diversas alternativas, calculando sempre que se pode, mas retraindo-se, muitas vezes, diante do capricho, do sentimento ou do azar.

Como visto, a decisão de investir ou de poupar é um fenômeno complexo devido a incerteza presente na decisão. Quanto maior a incerteza, maior é a preferência dos indivíduos pela liquidez e a retenção da moeda. Logo, a decisão de investir é permeada pela questão da incerteza.

A incerteza não é restrita aos agentes na tomada de investimento, os bancos responsáveis por fornecer crédito, não possuindo as garantias que receberão o valor emprestado, mudam suas decisões e adotam a preferência pela liquidez retendo crédito a empréstimos devido a falta de garantia de recebimento. Esses fatores podem levar a falta de crédito para investimentos, mesmo que os sistemas financeiros sejam consolidados (FERRAZ, 2013).

2.3 Papel do Estado e os Bancos de Desenvolvimento

O Estado desempenha um papel importante na economia, devido a sua participação na tentativa de corrigir as falhas deixadas pelo setor privado. Uma das formas que utiliza são os bancos de desenvolvimento, não oferta de crédito para financiamento. Assim como na análise da incerteza, a questão da atuação do Estado atuando no mercado gera bastante discussão.

Alguns autores defendem que o mercado se autoregula, chegando ao equilíbrio. Portanto uma intervenção estatal prejudicaria o funcionamento do mercado. Outros entendem que é necessária a participação dos bancos públicos para corrigir as falhas deixadas pelo mercado privado.

De acordo com Hermann (2011, p.400)

Há diversas formas de atuação possíveis, não mutuamente excludentes, que, numa escala ascendente de intervenção, podem envolver: a simples supervisão do mercado, operando com regras próprias (auto-regulação supervisionada); a regulamentação do setor (que pode também assumir graus de intervenção variados); políticas de crédito direcionado a setores selecionados; políticas de desenvolvimento financeiro; parcerias com agentes financeiros privados na execução dessas políticas; e criação de BPs [Bancos Públicos].

A corrente teórica neoclássica defende o livre mercado, com a mínima participação do Estado na economia, fazendo com que as forças livres do mercado cheguem ao equilíbrio. Na concepção neoclássica a o entendimento que a privatização e a abertura comercial são fundamentais para atingir a estabilidade, portanto a participação do Estado é mínima nessa corrente de pensamento (ASSAF NETO, 2012).

Para a corrente neoclássica segundo Hermann (2011, p.408) “O foco da atuação do Estado no mercado financeiro seria, assim, a segurança do poupador, através da redução dos riscos, e não, diretamente, a melhoria das condições de acesso (volumes e custos) a financiamentos.”

Segundo Ferraz (2013, p.9):

[...] a abordagem de repressão financeira, que se baseia na hipótese de mercados eficientes, o mercado é plenamente capaz de se ajustar em direção às condições mais favoráveis para todo o sistema econômico [...] Nessa visão, qualquer intervenção do governo, seja no controle direto das taxas de juros da economia, seja pela existência de instituições financeiras públicas, é condenada.

Outra corrente de pensamento, e utilizada nesse trabalho, é o pós-keynesianismo, onde é defendida a participação do Estado na economia, para promover o controle e planejamento

da atividade econômica. Nessa abordagem a auto-regulação dos mercados, devido as livres forças do mercado, são descartadas, cabendo ao Estado o direcionamento (ASSAF NETO, 2012).

Segundo Herman (2011, p.408):

As abordagens de filiação keynesiana fornecem argumentos para justificar a atuação do Estado no mercado financeiro sob variadas formas, desde a supervisão até a criação de BPs. Nesses enfoques, porém, ao contrário da visão liberalizante na qual a supervisão destina-se a garantir o respeito às regras livremente pactuadas no mercado, a supervisão é vista como complemento da regulamentação financeira.

A abordagem pós-keynesiana entende que a atuação do Estado no mercado financeiro busca a redução da instabilidade macroeconômica. Essa redução da instabilidade afeta de forma positiva a incerteza presente no mercado, procurando manter sob controle o nível de fragilidade financeira (HERMANN, 2011).

A intervenção do Estado visa à redução da tendência de curto prazo nos mercados, essa atuação amplia a quantidade de crédito para as empresas e empreendimentos onde a incerteza e o risco são grandes. A intervenção para correção dessa falha de mercado beneficia os setores que são prejudicados pela uma menor oferta de crédito (HERMAN, 2011).

Para Ferraz (2013, p.14) a atuação do Estado através de bancos públicos justifica-se.

Pela existência de setores/projetos de investimento que requerem financiamento, mas que inspiram alta incerteza quanto a seu sucesso futuro e, por isso, são preteridos pelo sistema financeiro privado em detrimento de setores/projetos de investimentos cujos resultados esperados sejam menos incertos.

O enfoque pós-keynesiano sobre os bancos públicos é reforçado por Hermann (2011, p.410)

Sendo, porém, o governo tão sujeito quanto os agentes privados às limitações informacionais decorrentes da incerteza, ele não estará em posição de garantir essas condições. Nestes casos, portanto, a única forma de compensar a incompletude do mercado nos setores mais afetados pela incerteza é o governo assumir, diretamente, os riscos que o setor privado rejeita. Neste enfoque, uma das principais funções de um BP é, justamente, a assunção de riscos em setores com importantes externalidades positivas para o processo de desenvolvimento econômico.

O Estado brasileiro historicamente atua de forma decisiva em financiamentos de longo prazo, cabendo ao Estado a responsabilidade pela viabilidade e financiamento de projetos que não oferecem atrativos suficientes ao capital privado, mesmo oferecendo atratividade o capital é restrito ou escasso. (CASTELO E DIAS, 2014)

A atuação do Estado na economia ocorre a partir do momento onde os bancos privados não atendem adequadamente as demandas por financiamentos de longo prazo. Logo, quando

o setor privado não corresponder, “há espaço para intervenção governamental, sobretudo na oferta de crédito e de mecanismos de poupança e pagamentos para determinados segmentos da população - tais como indivíduos de baixa renda, minorias étnicas, além e em especial de pequenas empresas” (DEOS E MENDONÇA 2010, pag.62). Assim, na falta de oferta de crédito e financiamento para determinados setores no mercado de crédito, o governo obriga-se a intervir para que ocorra a oferta de financiamento a fim de garantir geração de renda e a busca do desenvolvimento econômico.

De acordo com Deos e Mendonça (2010, p.63)

A intervenção direta na alocação de crédito, diferentemente das outras, não visa ao mercado como um todo. De fato, tem como objetivo gerar ou redirecionar recursos para setores, regiões ou tipos específicos de tomadores, tais como micro, pequenas e médias empresas.

Os bancos de desenvolvimento são instrumentos que governos utilizam para corrigir possíveis falhas do mercado. Uma das formas de utilização do banco é quando há uma escassez crédito e financiamento para determinados projetos que apresentam risco significativo, não possuindo as garantias que os bancos privados exigem.

Em 1944 foi criado um sistema internacional de bancos de financiamento de longo prazo, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. Nessa conferência foi criado Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). Neste sentido, observa-se que há uma expansão dos bancos de desenvolvimento após a segunda guerra mundial. Porém, a criação de bancos para financiamento de longo prazo é uma prática do século XIX, “numa época em que as empresas e os bancos eram ainda organizações familiares, cuja necessidade de novos recursos era suprida com capital próprio” (PELISSARI 2001, p.38)

Conforme Diamond (1961, p.23) os banco de desenvolvimento possuem uma característica comum a outras instituições financeiras, “a concessão de capital e o suprimento de capacidade empresarial, quando estiverem faltando cada um ou ambos esses requisitos do desenvolvimento econômico”.

Os governos em determinados países, motivados pela deficiência do capital privado, como formas de intervenção no mercado para correção das falhas apresentadas deram origem aos bancos de desenvolvimento. O objetivo de um banco de desenvolvimento geralmente é a criação de condições para melhorados fatores de produção. Desse modo, fomentar o processo de desenvolvimento (DIAMOND 1961).

Determinados bancos de desenvolvimento, criados nos países subdesenvolvidos, eram instrumentos de atuação do Estado em projetos públicos de investimento, com a função de planejar o desenvolvimento econômico. No entanto, algumas instituições não conseguiram desempenhar de forma eficiente certas funções impostas, transferindo algumas responsabilidades para o governo (DIAMOND, 1961).

Na visão de Diamond (1961) o banco de desenvolvimento é “uma instituição financeira destinada primariamente ao estímulo do setor privado da economia”, ressaltando que, grande parte dos bancos de desenvolvimento na sua criação eram “catalizadores de investimento para o setor privado”.

De acordo com Diamond (1961) o investimento é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico, no entanto o autor ressalta que esse não é o único e exclusivo fator. No processo de investimento existe a necessidade de financiamento para expansão da produção, o financiamento de longo prazo é utilizado para investir em máquinas e equipamentos, enquanto o financiamento de curto prazo passa a ser utilizado como capital circulante.

Como visto, no circuito *finance-funding* não existe uma necessidade de poupança prévia para conseguir crédito para investimento. No entanto, para Diamond (1961) a dificuldade no processo de obter investimento deve-se à necessidade do investidor poupar parte da renda e transformar em poupança para reinvesti-la na produção. Desse modo, outra forma dos investimentos é gerada através da transferência de poupanças a investidores que não possuem uma propensão maior a poupar, a tomada desse recurso se dá por meio do mercado de capitais.

Os bancos de desenvolvimento, quando patrocinados pelo governo, normalmente destinam seus recursos para investimentos de longo prazo. Podem diversificar sua área de atuação, por exemplo, o setor industrial, agrícola, transporte, ou se especializar em áreas específicas (DIAMOND, 1961).

Outra questão fundamental quando se trata de bancos de desenvolvimento são as formas de financiamento do banco, quais as fontes utilizadas de recursos para o funcionamento do banco. De acordo com Diamond (1961) grande parte do capital de um banco provém dos governos, pois a criação de um banco de desenvolvimento na sua grande maioria é iniciativa dos mesmos, devido à necessidade de estímulo ao setor privado.

Conforme Diamond (1961, p.132)

O financiamento governamental pode assumir a forma de ações, votantes ou não, e de empréstimos. A forma escolhida depende principalmente da decisão do governo a

respeito do seu papel na administração do banco e do efeito que sua decisão pode ter sobre o setor privado.

Como visto, caso o governo opte por ações ordinárias, será necessária a sua participação na administração, caso opte por ações preferenciais ou financiamento através de empréstimos não será necessária a participação na administração.

De acordo com Diamond (1961, p.134):

A magnitude e a forma da contribuição governamental, certamente, influem sobre a taxa de juro a ser cobrada pela instituição nos seus empréstimos e sobre os termos e condições de outros investimentos. Desde que os empréstimos governamentais podem ser feitos a uma taxa de juro arbitrária ou sem qualquer juro, ou concedidos na forma de capital de participação sem exigência de dividendos, eles podem desempenhar papel importante na conservação das taxas de refinanciamento em níveis razoáveis, até que o volume de operações adquira consistência ou estimule investimentos arriscados.

No entanto, o governo quando financia um banco de desenvolvimento, independentemente do método escolhido, necessariamente deverá ter como base os critérios que balizam suas despesas para outros fins. Do mesmo modo deverá considerar o efeito das suas decisões sobre as operações fiscais e financeiras na economia (DIAMOND, 1961).

3. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E ADIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO DAS MPE'S

Esse capítulo tratará das MPE no Brasil, pretende-se mostrar as principais características das MPEs e a importância que a mesma exerce na economia. Outro ponto que o capítulo procura mostrar é os fatores que dificultam as MPEs no acesso ao crédito, dado a todos indicadores mostrando que são grandes geradoras de emprego e renda, sendo que o financiamento é fundamental, uma vez que, através do acesso a financiamento possibilita a expansão da empresa no mercado.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira, será realizada a caracterização das MPEs, identificando as principais características, sua classificação de porte e renda. Na segunda seção abordará a questão da dificuldade de acesso ao crédito enfrentado por elas, na terceira seção serão analisadas as fontes de financiamento alternativas, uma vez que as mesmas enfrentam dificuldade de acesso em instituições financeiras.

3.1 Caracterização das MPE

As Micro e Pequenas Empresas (MPE) estão regulamentadas sob “A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte” .A lei teve sua aprovação no dia 14 de dezembro de 2006 (Lei Complementar Federal 123/2006) com o objetivo de regulamentar um tratamento distinto² favorecendo à microempresa e à empresa de pequeno porte, previsto na Constituição Brasileira(SEBRAE, 2016).O objetivo da lei é o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa, através da geração de emprego e melhora na distribuição de renda.Além disso, colabora na redução do número de empregos informais fortalecendo a economia (IBGE, 2003).

Com a Lei 123/2006, foi instituído o regime tributário específico para o segmento, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento,

²De acordo com a Lei Complementar N° 123, de 14 de Dezembro de 2006 (p.1)

“Art. 1° Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão”.

que é o Simples Nacional (SEBRAE). De acordo com a Lei Geral todas as atividades econômicas, com exceções de atividades específicas, podem aderir ao Simples Nacional desde que o faturamento não ultrapasse R\$ 3,6 milhões (PORTAL LEI GERAL).

De acordo com a Lei Geral³, (2006), as empresas classificadas no porte de micro e pequenas empresas, uma única guia do Simples Nacional engloba o recolhimento de oito impostos, entre eles: (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS).

O SEBRAE adota diferentes critérios de classificações das empresas Brasil, podendo ser classificadas tanto pelo número de pessoas ocupadas como pela receita auferida. O quadro abaixo mostra os critérios de classificação das empresas em relação ao porte e setor de atividade da empresa, de acordo com o número de pessoas ocupadas.

Quadro 1 – Classificação por número de pessoas ocupadas.

Porte	Serviços e Comércio	Indústria
Micro empreendedor	Até 2 pessoas ocupadas	
Micro empresa	Até 9 pessoas ocupadas	Até 19 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 20 a 99 pessoas ocupadas
Média empresa	De 50 a 99 pessoas ocupadas	De 100 a 499 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 100 pessoas	Acima de 500 pessoas

Fonte: Sebrae (2014)

Como se observa no quadro acima, existe uma diferença no critério de classificação em relação aos setores da economia. O setor de comércio e serviços apresenta uma quantidade menor de pessoas ocupadas em relação ao setor industrial, o SEBRAE 2014 considera micro empresa até 09 pessoas ocupadas, enquanto o setor industrial até 19 pessoas ocupadas é considerado micro empresa. Essa distinção de critérios se dá nas demais classificações de porte tanto no setor de comércio e serviço quanto no setor industrial.

No Quadro 2 apresenta-se a classificação de porte das empresas em relação ao faturamento anual. Em relação ao faturamento anual, para ser classificada como micro empresa e pequena empresa não podem ultrapassar o faturamento de R\$ 3.600.000, pois com base nesse teto de faturamento que é calculada a quantidade de imposto paga pelas MPEs. O critério de classificação em relação ao faturamento gera controvérsias fazendo que o

³Denominação utilizada pelo Portal da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa: disponível em <http://www.leigeral.com.br/>

SEBRAE adote o critério do número de funcionários possibilitando uma melhor forma de mensuração e entendimento.

Quadro 2 – Classificação por faturamento anual

Porte	Faturamento anual
Micro empreendedor	Até R\$ 60.000
Micro empresa	Igual ou inferior a R\$ 360.000
Pequena empresa	De R\$ 360.000,00 a R\$ 3.600.000
Média empresa	Acima de R\$ 3.600.000 até R\$50.000.000,00
Grande empresa	Superior a R\$ 50.000.000,00

Fonte: Sebrae (2014)

Outra característica das micro e pequenas empresas é a representatividade que ela exerce na economia. Cerca de 70% do valor adicionado no setor de comércio e serviços em todos os estados brasileiros, segundo relatório do SEBRAE (2015). Os únicos estados que diferem dos demais são Amazonas e Pará, onde o setor de comércio e serviços apresenta menor representatividade que nos demais. Nesses estados o setor predominante é o industrial que gera 40% do valor adicionado pelas MPE, o Pará devido a mineração e o Amazonas pela zona franca.

De acordo com SEBRAE (2015), a região Sudeste concentra 50,9% das MPE, enquanto a região Sul 22,3% e a região Nordeste 15,8%. As regiões de menor destaque são o Centro-Oeste e o Norte, sendo a primeira com 7,5% e a segunda com 3,6% das MPEs. Os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são onde estão registrados o maior número de MPEs, sendo 30,5% em São Paulo, 11,1% em Minas Gerais, 9,1% no Rio Grande do Sul e 7,8% no Paraná.

Tabela 1: Concentração de MPEs por Regiões

Região	Concentração
Centro-Oeste	7,5%
Norte	3,6%
Nordeste	15,8%
Sul	22,3%
Sudeste	50,9%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Sebrae (2015).

Em relação ao número de pessoal ocupado nas MPE, o maior número segundo SEBRAE (2015) está na região sudeste com 52,4%, seguida pela região sul com 21,4%, nordeste 14,8%, centro-oeste 7,5 e norte 3,8%.

Tabela 2: Número de Pessoas ocupadas nas MPEs por região

Regiões	Nº Pessoal Ocupado MPEs
Centro-Oeste	7,5%
Norte	3,8%
Nordeste	14,8%
Sul	21,4%
Sudeste	52,4%

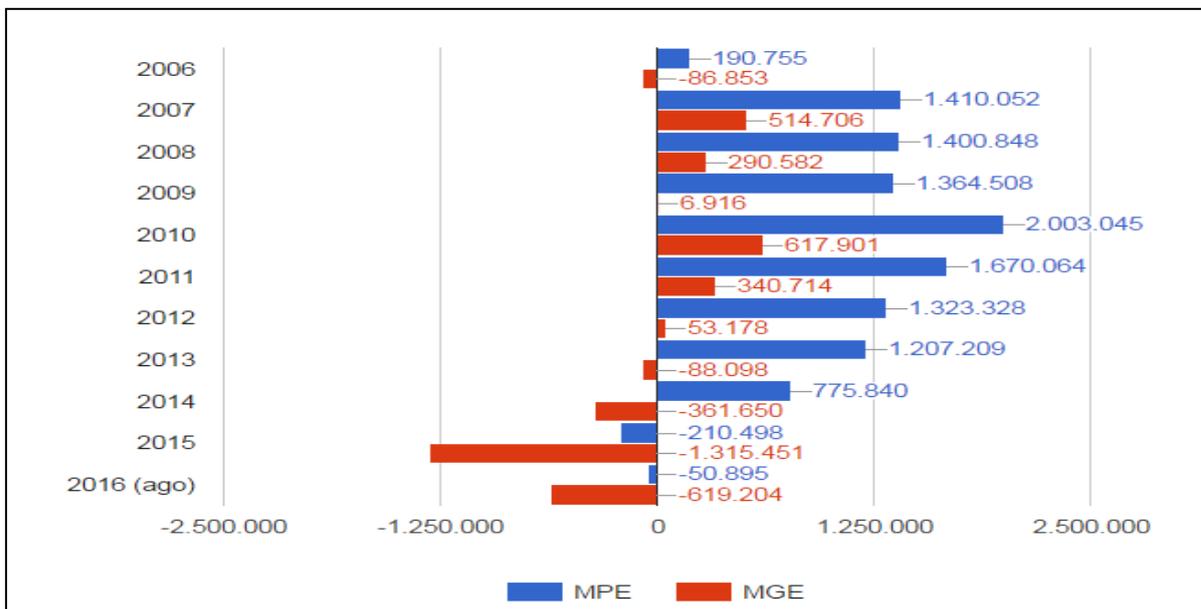
Fonte: Elaborada pelo autor com base em Sebrae (2015).

Em relação ao trabalho, as MPEs apresentam três tipos de trabalhadores. Entre eles estão os que trabalham por conta própria, em negócios familiares, não possuindo relação de trabalho formalizada. Outro tipo de trabalho presente nas MPE são os trabalhadores assalariados, mas não estão legalizados, portanto sem contrato formal e sem direitos trabalhistas. Além disso, também existem trabalhadores formais que possuem carteira de trabalho assinada, estando dentro das regras trabalhistas. (KREIN; BIAVASCHI, 2012).

O próximo gráfico apresenta saldo líquido das contratações no Brasil por porte de empresa: Micro e Pequenas Empresas (MPE) e Médias e Grandes Empresas (MGE) durante a última década (set/2006 a ago/2016), no gráfico podemos identificar que em grande parte dos anos analisados as micro e pequenas empresas são as que mais contratam trabalhadores, conforme o gráfico durante o período de 2007 a 2014 contrataram mais que as grandes empresas. Entretanto, conforme podemos observar no gráfico, mesmo em períodos onde diminuíram as vagas, o efeito foi menor nas MPEs do que nas MGE.

De acordo com o Portal de Lei Geral (2016), na última década, os novos empregos gerados pelas MPES foram 11.084.256, já as MGE na última década fecharam 647.259 vagas. Entretanto pode-se levar em consideração que, as MPEs são intensivas em mão-de-obra, enquanto as MGE apresentam plantas produtivas com alto grau de inovação tecnológica demandando uma menor quantidade de mão de obra.

Figura 2: Geração Líquida de Emprego na Última Década - Brasil



Fonte: Portal da Lei Geral (2016)

As MPEs têm uma grande participação na economia brasileira, no entanto elas apresentam algumas dificuldades. Conforme o IBGE (2003) elas apresentam baixa intensidade de capital, altas taxas de natalidade e de mortalidade, poder de decisão em torno de uma única pessoa, maior dificuldade de acesso a financiamento, registros contábeis pouco adequados e utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada.

De acordo com Marolli (2011, p.26)

As micro e pequenas empresas proporcionam oportunidade e iniciativa para que as pessoas possam ver as coisas sob um ponto de vista diferente, aproveitando as oportunidades para começar e desenvolver negócios. Desta forma ocupam-se novos nichos, identificando a utilização de recursos tecnológicos, mercadológicos, entre outros.

De acordo com os dados e argumentos apresentados acima na caracterização das MPEs podemos identificar o papel relevante que ela apresenta na economia brasileira, no entanto elas apresentam dificuldade de acesso ao crédito, financiamento de longo prazo, a próxima seção analisar os fatores que ocasionam esse problema.

3.2 Dificuldade de acesso a crédito

As MPEs, dentro da economia brasileira, têm uma representatividade significativa nos indicadores econômicos como apresentado acima. No entanto, essas empresas necessitam de investimentos para expandir sua capacidade e melhorar desempenho competitivo. Segundo La Rovere (2002) estudos realizados em relação ao desempenho competitivo das MPEs apontam que essas empresas apresentam um atraso tecnológico na sua planta produtiva, acompanhada de uma administração inadequada e problemas na inserção de novos produtos no mercado.

A explicação desse atraso tecnológico e perda de competitividade conforme La Rovere (2002) decorre da dificuldade de obtenção de crédito. A mesma percepção do problema é identificada por Carvalho e Abramovay (2004), ao apontar que as MPE exercem um papel significativo na economia brasileira, mas com dificuldades entre elas e o sistema financeiro nacional, que não atende as suas necessidades de financiamento.

Essa mesma visão é apresentada por Canuto (2002 p.120), ao afirmar que “a percepção, entre os analistas, de que a economia brasileira tem nas dificuldades de acesso e/ou custo do crédito ao setor privado uma das travas a seu crescimento”. Desse modo, na argumentação de Canuto (2002), mesmo tratando de uma dificuldade da economia brasileira como um todo, há uma concordância com a visão de La Rovere (2002) e Carvalho e Abramovay (2004), que colocam como entrave ao crescimento das micro e pequenas empresas a dificuldade de acesso ao crédito.

Como visto na abordagem pós-keynesiana, baseado no circuito *finance-funding*, as empresas necessitam de crédito para financiar seus negócios. E dessa forma contribuir para melhorar e expandir a sua capacidade produtiva. Portanto, através de instituições financeiras as empresas buscam captar recursos para o seu financiamento e conseqüentemente melhorar seu desempenho.

De acordo com os postulados pós-keynesianos, as empresas não necessitam de uma poupança prévia para realizar o investimento, mas de uma instituição financeira que empreste os recursos necessários. Após o investimento realizado é que se passa a gerar poupança com o decorrer do tempo. No entanto esse é um dos principais problemas quando tratamos de MPEs. As garantias necessárias para concessão de empréstimos, impostas pelas instituições financeiras, criam barreiras que dificultam a obtenção de financiamento para as micro e pequenas empresas, devido a falta das garantias. Esta falta acaba gerando uma grande incerteza em torno da capacidade de pagamento das MPEs, tornando o crédito escasso.

De acordo com Moraes (2006), a falta de dados sólidos da empresa no momento de requisitar empréstimos junto a instituições financeiras é um fator crucial na dificuldade de obtenção de recursos no sistema bancário. Como visto, a falta de informações cria barreiras na hora de aprovações de empréstimo devido à falta de conhecimento do credor sobre a situação financeira da empresa requerente de crédito. A falta de informação impede a avaliação do risco da operação por parte do credor. (MORAIS, 2006)

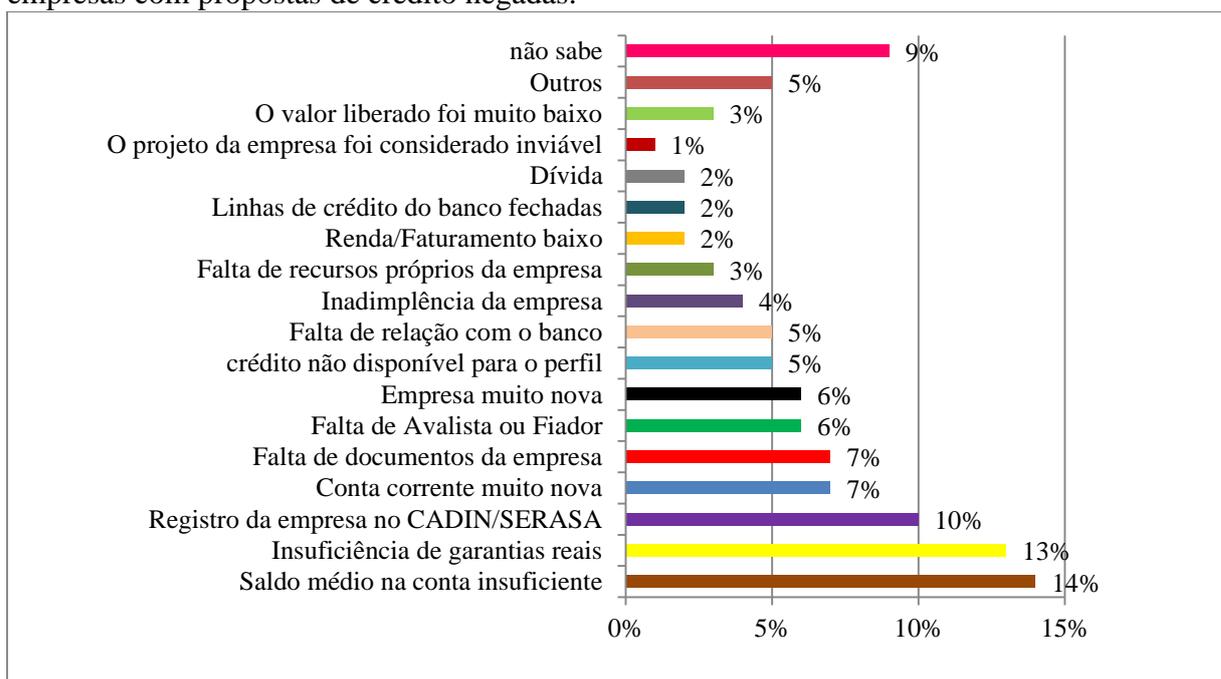
Deste modo as micro e pequenas empresas enfrentam um problema de assimetria de informações. Essa situação ocorre quando não existem informações disponíveis, ocorrendo no instante em que uma das partes possui informações relevantes que não estão disponíveis para outras. Assim, a superação da assimetria de informações seria um passo importante, pois poderia melhorar as interações entre os agentes credores e devedores (SANTOS, 2004).

De acordo com Santos (2004, p.62)

Uma distribuição assimétrica das informações entre tomador e ofertante de crédito potencializa os riscos de uma transação financeira, ao estimular um comportamento oportunista da parte melhor informada. A vantagem de informações que o demandante possui (por conhecer melhor as potencialidades e os riscos do projeto a ser financiado) pode ser um incentivo ao não-cumprimento do contrato.

A Figura 3, a seguir, apresenta dados de um estudo realizado pelo SEBRAE sobre as razões que os bancos alegam para não concessão de empréstimos às MPes.

Figura 3 – Razões alegadas pelos bancos para não dar empréstimos às MPes, segundo as empresas com propostas de crédito negadas.



Fonte: Elaborada pelo autor com base em SEBRAE (2014).

O principal motivo alegado pelos bancos para não conceder empréstimos é saldo médio na conta sendo insuficiente, em torno de 14%.

Como se observa cerca de 13% dos argumentos utilizados pelos bancos para não realizarem empréstimos para MPE resultada falta de garantias reais, enquanto a inadimplência da empresa é apenas 4% e a viabilidade do projeto 1%. O registro no CADIN/Serasa é a terceira razão alegada para não conceder empréstimos, cerca de 10% alegaram esse fator, nesse caso a empresa estando no CADIN/Serasa o caso fica complexo pois o risco de não pagamento do empréstimo fica elevado para o banco, sendo que a mesma já encontra registrada como devedora.

A insuficiência de documentos e a linha de crédito fechada representam respectivamente 7% e 2%, essa insuficiência de documento resulta muitas vezes da informalidade que está presente em algumas MPEs e a linha de crédito fechada devido a pouca atratividade dos bancos junto aos pequenos negócios. De acordo com a figura 2, a empresa muito nova e a falta de relação com o banco são outras razões atribuídas pelo banco, o fato a empresas ser considerada nova representa 6% da não concessão de empréstimos, já a falta de relação 5%. Aliado a empresas ser muito nova 7% das razões decorrem da conta corrente ser muito nova. A pesquisa aponta que 9% das empresas não sabem os motivos de terem empréstimos negados.

Desse modo, o gráfico corrobora com a afirmação de Marolli (2011, p.27) que diz: “Outro fator limitador do crédito para as micro e pequenas empresas são as garantias exigidas e o histórico destas empresas junto às instituições de crédito”.

Porém o problema não se resume apenas as MPEs não possuem as garantias impostas pelos bancos. Dentro das instituições financeiras o crédito está disponível, no entanto os bancos são impedimentos de ofertar esse crédito. No caso das instituições financeiras o impedimento deve-se a falta de informações do demandante de crédito para que análises de risco sejam efetuadas. Além disso, dentro das instituições financeiras predominam legislações específicas que obrigatoriamente necessitam ser obedecidas (ZICA, 2008).

As exigências de garantias para concessão de financiamento atuam como forma de distinguir os projetos mais arriscados dos menos arriscados. Quanto maior a complexidade, conseqüentemente aumenta o risco. Portanto as garantias impostas passam a ser maiores (ZICA, 2008).

Essa incerteza na relação entre ofertante e demandante quanto a concessão de financiamento é descrita por Pombo *et al.* (2013, p.252)

La relación crediticia está fundamentada en la confianza que el prestamista deposita en el prestatario. La confianza se cimienta en la información que el prestatario proporciona al prestamista sobre el proyecto en el cuál va a invertir, de manera que pueda estimar si el riesgo asumido en cuanto a la retribución (interés) y la devolución del principal son suficientemente reducidos.

No entanto essa falta de confiança entre os agentes decorre da falta de garantias impostas na interação de ambos, o que acaba gerando a incerteza do não cumprimento do contrato e conseqüentemente a restrição de crédito. Para Pombo *et al.* (2013, p.253)

La combinación de ambos riesgos lleva al prestamista, ante situaciones de elevada incertidumbre, a racionar el crédito y no financiar; o a hacerlo a unos costes como si todos los proyectos fuesen de un perfil de riesgo superior al que tienen, es decir con primas más elevadas. En consecuencia, a la mipyme se le excluye del acceso al crédito

Entre as principais informações requisitas para a análise por parte dos bancos são os registros contábeis, a principal informação da empresa. No entanto os registros das MPEs apresentam baixa transparência, além de dados ilusórios sobre receitas, despesas e dívidas. (MORAIS, 2006). De acordo com Morais (2006, p.21)

Os registros contábeis ficam, frequentemente, restritos aos procedimentos necessários ao cumprimento dos compromissos fiscais, com pouca aplicação na gestão dos negócios, no suporte à tomada de decisões e no controle das finanças dos pequenos empreendimentos

Devido a falta de transparência nos registros contábeis, as análises de desempenho operacional e de viabilidade tornam-se limitadas. Segundo Morais (2006), um dos fatores de limitação decorre da prática de subfaturamento por parte da empresa. Esse subfaturamento ocorre devido a dois fatores que são: a alta carga tributária; e empresas concorrentes que ainda se encontram na informalidade, não pagando impostos regulamentados por lei.

Desse modo, devido ao processo de concorrência, as empresas que se encontram formalmente legalizadas nos seus registros contábeis acabam ocultando suas receitas e despesas. Assim, podem aumentar seus lucros devido a diminuição de pagamento de imposto, servindo como forma de sobrevivência no mercado. Essa prática de subfaturamento, para os bancos, resulta em um risco não somente em relação ao pagamento, mas também sobre “a possibilidade de a empresa ser autuada pelo órgão fiscal e arcar com multas e o recálculo de

sua dívida tributária, o que pode inviabilizar a amortização dos empréstimos”(MORAIS 2006, p.21).

No entanto os problemas relacionados aos registros contábeis e a falta de informações sobre o andamento da empresa quanto a sua condição financeira resulta da pouca importância dada pelos empresários sobre aspectos básicos de gerenciamento empresarial. Para Moraes (2006, p.26) “às falhas contábeis, gerenciais e decorrentes da informalidade das empresas, que aumentam as assimetrias de informação entre o prestador e o solicitante de empréstimos.”

Moraes (2006, pag. 32) destaca

Outro fator que fragiliza as MPE no acesso ao crédito decorre da condição de alta dependência de recursos financeiros de curto prazo que caracteriza uma parcela das empresas, levando-as a tomar crédito de curto prazo, a qualquer custo, para cobrir fluxos negativos de caixa ou para o atendimento de compromissos tributários, trabalhistas, para a manutenção do capital de giro, dentre outros.

Como visto, as MPEs enfrentam problemas no acesso ao crédito e a financiamento de longo prazo, no entanto apesar dessas dificuldades elas utilizam outras fontes de recursos que não as convencionais que conhecemos. A próxima seção procura analisar as formas de financiamentos encontradas pelas MPEs a partir da negativa por parte das instituições financeiras.

3.3 As formas de financiamento das MPEs

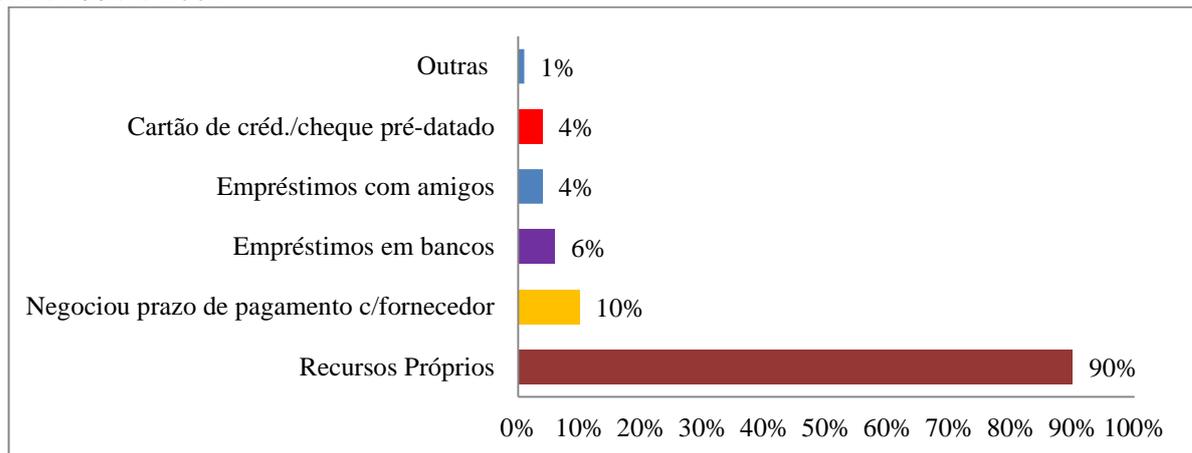
As MPEs como apresentado na seção anterior enfrentam dificuldades no acesso ao crédito junto as instituições financeiras, no entanto ela utilizam-se outras formas para se auto financiar. Uma das formas utilizada pelas MPEs para conseguir recursos financeiros que serão aplicados na empresa e a obtenção de empréstimos pessoais por parte dos proprietários. Portanto são recursos obtidos pela pessoa física e não pela pessoa jurídica, por meio do negócio formal. Portanto essa prática faz que ocorra uma fusão de empréstimos pessoal do proprietário com os recursos movimentados pelas MPE, tornando-se inevitável a confusão entre as finanças da Pessoa Física com as da Jurídica (MADI; GONÇALVES, 2012).

Para os bancos, a rentabilidade dos empréstimos possui pesos diferentes. O empréstimo concedido a pessoas físicas apresenta maior rentabilidade para os bancos, enquanto que o crédito para pessoa jurídica tem, com frequência, rentabilidade menor. Desse

modo, os bancos preferem conceder empréstimos a um consumidor comum do que conceder empréstimo para as empresas (BEDÊ, 2004), sobretudo as MPEs.

A Figura 4 mostra o resultado de um estudo realizado dentro do Estado de São Paulo sobre as fontes de recursos utilizadas para montar uma empresa.

Figura 4- Fonte dos recursos utilizados para montar a empresa, nas MPEs paulistas abertas entre 1997 e 2001



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE (2003).

Observando o gráfico, os recursos utilizados para montagem de uma empresa de acordo com a pesquisa do SEBRAE, 90% do capital utilizado provêm de recursos próprios, parte desse problema decorre da assimetria de informações que tínhamos apresentado na seção anterior. Outra forma utilizada apontada pela pesquisa se refere a negociação de prazo de pagamento com fornecedores, conforme apontamento 10 % das empresas recorreram a essa prática.

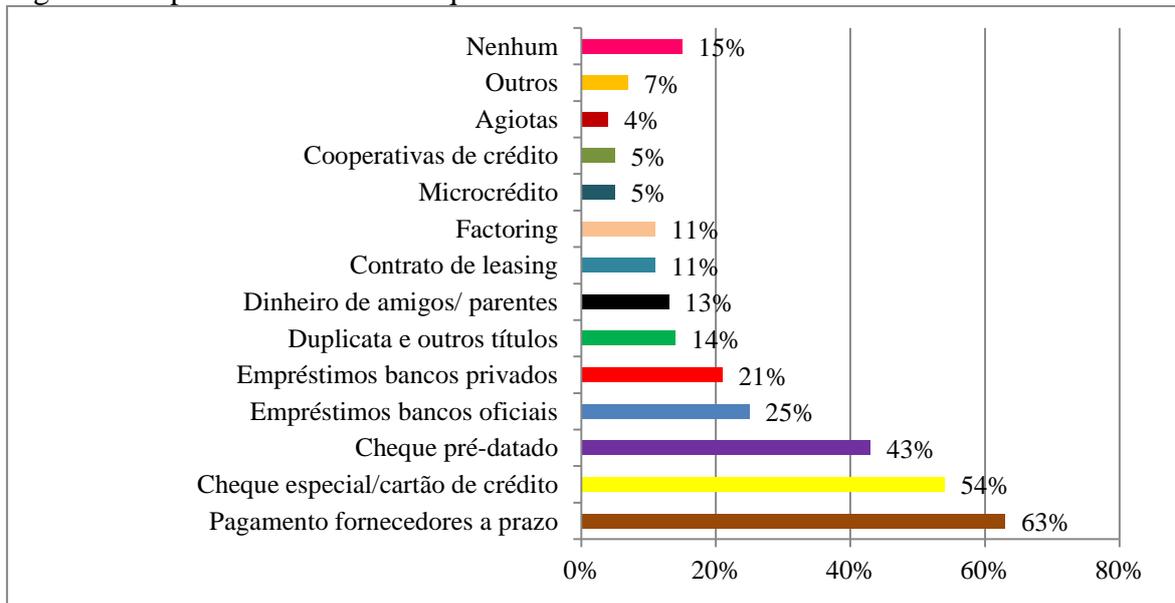
Em relação aos empréstimos em bancos apenas 6% recorreram a essa prática, isso se deve as dificuldades que encontram no mercado. O empréstimo com amigos é outra forma utilizada, cerca de 4%, essa prática muitas vezes decorre do empresário não gostar ou não ter interesse em buscar outra fonte de recurso, portanto utilizada da sua relação pessoal e conseguem recursos com amigos, parentes para seu autofinanciamento.

O cartão de crédito/cheque pré-datada é apontado por 4% das empresas pesquisadas, essa prática representa a mesma que quantidade que o empréstimo com amigos, apenas 4% das empresas recorrem a esse método.

A pesquisa evidência as dificuldades para abrir um novo negócio e a falta de financiamento, como visto 90% utilizaram recursos próprios na abertura, esse número é relevante devido a importância que as pequenas empresas possuem na economia brasileira.

Em entrevista⁴ realizada pelo SEBRAE (2014), identificou as principais fontes de financiamento utilizadas pelas MPEs. Como podemos observar o pagamento de fornecedores a prazo é principal fonte de financiamento das MPEs (63%), como tínhamos analisado no gráfico anterior o pagamento de fornecedores a prazo é uma importante fonte, tanto na abertura da empresa, quanto na sua manutenção. A segunda forma utilizada é o cheque especial/cartão de crédito (54%).

Figura 5 - Tipo de financiamento que estava utilizando no momento da entrevista



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Sebrae (2014).

Como visto na Figura 5, 25% das empresas utilizam empréstimos a bancos oficiais e 21% os bancos privados, esse ponto é relevante para nossa análise. Como podemos observar, as MPEs, devido as dificuldades como dito anteriormente, acabam utilizando outros métodos de financiamento. Essas limitações de acesso ao crédito podem ser as grandes barreiras ao crescimento das MPEs.

⁴ Para realização do estudo foram realizadas 5341 entrevistas.

4. O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO FINANCIAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.1 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), instituído em 1952, é um dos maiores bancos de desenvolvimento no mundo. Através dele o governo federal realiza financiamentos dos investimentos de longo prazo na economia brasileira. O objetivo principal é fornecer financiamento para o desenvolvimento da infraestrutura econômica do país, incentivando inovações, desenvolvimento regional e socioambiental. (BNDES, 2016)

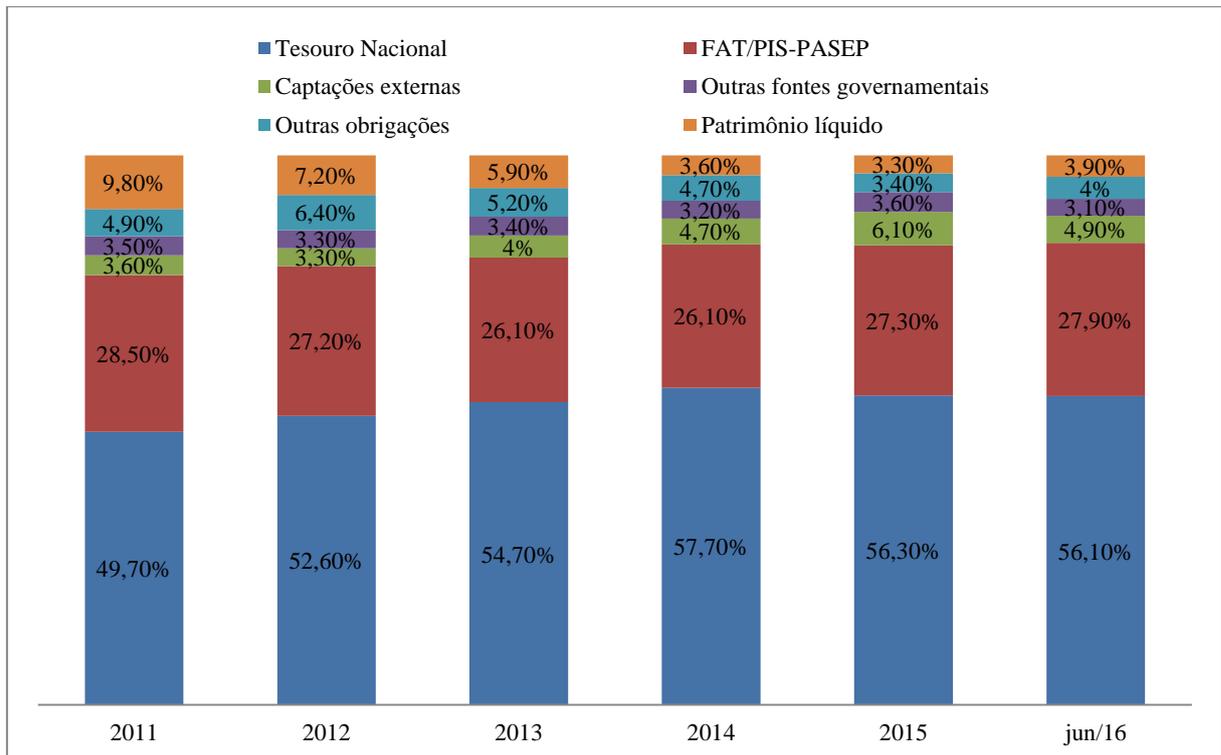
A atuação do BNDES contribui para o crescimento das empresas brasileiras, corroborando na melhoria da competitividade no mercado, possibilitando aumento da geração de emprego e renda (BNDES, 2016).

O foco principal do BNDES são os setores de maior potencial de expansão, onde o banco apresenta uma oferta crescente de empréstimos e onde obtém o maior retorno financeiro (MORAIS, 2006). O acesso ao financiamento junto ao BNDES pode ser realizado diretamente ou indiretamente por instituições financeiras credenciadas, como bancos privados e públicos. Os desembolsos do BNDES são voltados para variadas finalidades como instalações em geral, aquisições de bens de capital, importações de equipamentos, aquisição de ônibus e caminhões, inovação e desenvolvimento tecnológico. (MORAIS, 2008).

Os recursos utilizados pelo banco são captados na economia brasileira. As fontes utilizadas pelo BNDES são o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) e Tesouro Nacional, não sendo essas as únicas fontes de recursos. (COUTO E TRINTIM, 2012)

Outra fonte de captação recurso é o mercado externo, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) além de outros, no entanto o autor ressalta que os recursos externos correspondem a uma parcela pequena dos recursos do BNDES. (COUTO E TRINTIM, 2012)

Figura 6– Fonte de recursos do BNDES



Fonte: Elaborado pelo autor com base em BNDES (2016).

A Figura 6 apresenta as fontes de recursos e a quantidade que cada uma representa sobre o total de recursos disponíveis do BNDES. Como se observa, o Tesouro Nacional é a principal fonte de recurso do BNDES. Em 2011 era correspondente a 49,7%, crescendo nos anos seguintes atingindo 57,7% em 2014, no entanto no ano seguinte caindo para 56,3% e até junho de 2016 para 56,1%.

O FAT/PIS-PASEP, como dito anteriormente é outra fonte importante de recurso, conforme o gráfico é a segunda principal fonte. No ano de 2011 os recursos correspondiam a 28,5%, diferentemente dos recursos do tesouro nacional, nos anos seguintes apresentou queda na participação dos seus recursos. Até junho de 2016 representa 27,9% dos recursos disponíveis ao BNDES.

As captações externas, como dito por Couto e Trintim (2012), correspondem a uma parcela pequena dos recursos. As outras fontes governamentais⁵, outras obrigações⁶ e patrimônio líquido somados correspondem a 16% dos recursos disponíveis. Portanto como

⁵Outras fontes governamentais correspondem a fontes alternativas que o banco busca para apoiar investimentos de longo prazo, essas fontes são o Fundo de Marinha Mercante (FMM) e FI-FGTS (BNDES, 2016).

⁶Outras obrigações correspondem Debêntures BNDESPAR, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Fundo Amazônia (FA) (BNDES, 2016).

observado por Couto e Trintim (2012) os recursos do Tesouro Nacional e FAT/PIS-PASEP são as principais fontes do BNDES.

O BNDES, no decorrer dos anos, passou por algumas alterações, entre elas os desembolsos que eram voltados a financiamento de longo prazo das grandes empresas brasileiras. No entanto, a partir dos anos 2000 essa característica sofre mudança e o banco passa a aumentar os desembolsos para as micro e pequenas empresas (COUTO E TRINTIM, 2012). Atualmente o apoio as MPEs por parte do BNDES é considerado prioritário, sendo que o banco possui linhas de financiamento em condições especiais com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito (BNDES, 2016).

O critério de classificação das empresas utilizado pelo BNDES é em função do porte. A classificação é baseada na Receita Operacional Bruta (ROB) da empresas ou no caso de pessoas físicas a classificação é realizada com base na Renda Anual dos clientes em pessoas físicas, o BNDES utiliza o mesmo critério tanto para o setor de serviços, indústria e comércio (BNDES, 2016). Essa classificação de porte é importante, pois serve como guia para que a atuação seja conforme a característica de cada segmento, com programas e condições específicas (BNDES, 2016).

Quadro 3 – Classificação porte das empresas pelo BNDES

Classificação	Receita Operacional Bruta ou Renda Anual
Micro Empresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena Empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média Empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média Grande-Empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande Empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES (2016).

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES podem ser utilizados para construir, ampliar ou reformar uma loja, armazém, fábrica, depósito, etc. Os recursos podem ser utilizados para adquirir máquinas ou equipamentos, com a prerrogativa que a compra seja realizada no Brasil, pode ser destinado para produção de bens e serviço para exportação, compra de caminhões e bens de produção (BNDES, 2016).

4.2 Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nas Micro e Pequenas Empresas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é a principal instituição financeira apoiadora das micro e pequenas empresas no Brasil, o apoio deve-se a capacidade das MPEs terem relevância significativa na criação de empregos e geração de renda (GOMES; GOMES, 2007). O BNDES cumpre um papel essencial na oferta de crédito as MPEs tendo em vista que o setor bancário privado apresenta baixa atratividade na oferta de crédito as empresas desse segmento, os riscos envolvidos nos negócios fazem que diminuam as pretensões do setor privado (COUTINHO *et al*, 2009).

A Tabela 3 demonstra os desembolsos do BNDES por porte de empresa em relação a micro, pequena e média empresa no período de 2006 a 2015.

Tabela3 – Desembolsos do BNDES entre 2006 a 2015 em R\$ milhões a preços de 2015

Porte	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Micro	8,180.5	10,742.8	12,642.8	16,162.3	30,407.0	30,751.7	29,794.9	36,137.3	31,757.5	19,062.8
Pequena	3,899.8	5,686.0	8,078.0	8,662.5	14,433.6	15,838.1	15,600.1	19,670.8	17,623.2	10,003.9
Média	7,021.4	9,998.7	13,210.4	10,790.3	19,239.0	18,965.2	17,119.5	19,023.4	16,330.5	8,286.6

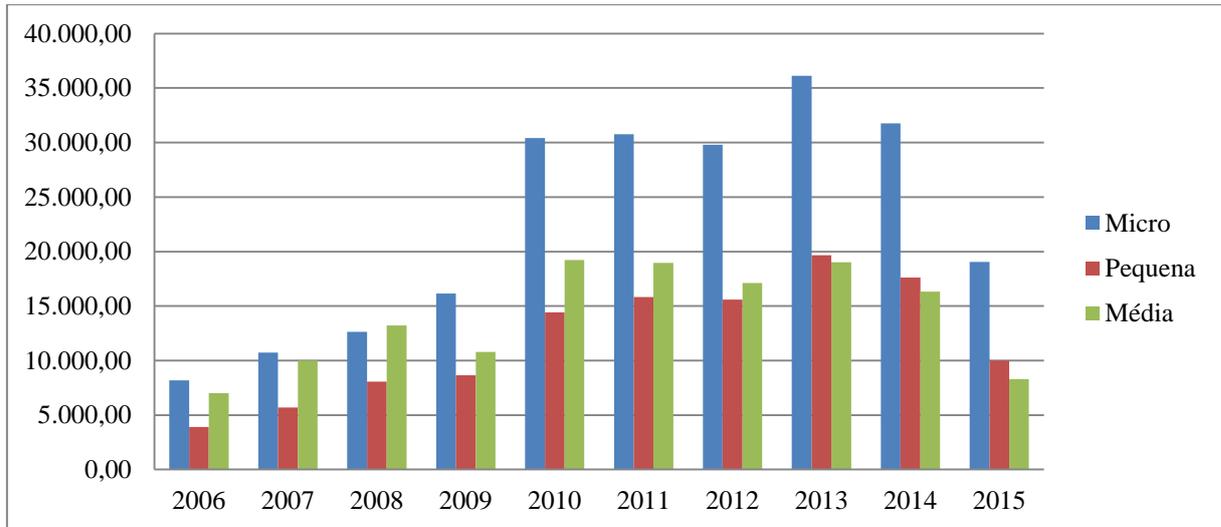
Fonte: Elaborada pelo autor com base no BNDES (2016)

Analisando a Tabela 3, os desembolsos do BNDES para micro, pequena e média empresa aumentam de 2006 até 2013, para as micro empresas o aumento nesse período foi de 342 %. Para pequena empresa os desembolsos aumentam 352 % e a média empresa 171%.

No entanto a partir de 2013 até 2015 os desembolsos apresentam tanto na micro, pequena e média, a queda para micro empresa foi de 47%, enquanto a pequena empresa foi de 49% e a média empresa 56%.

A figura 7, através de gráfico demonstra a evolução dos desembolsos durante o período de 2006 a 2015.

Figura 7 – Evolução dos desembolsos por portes. (2006 a 2015)

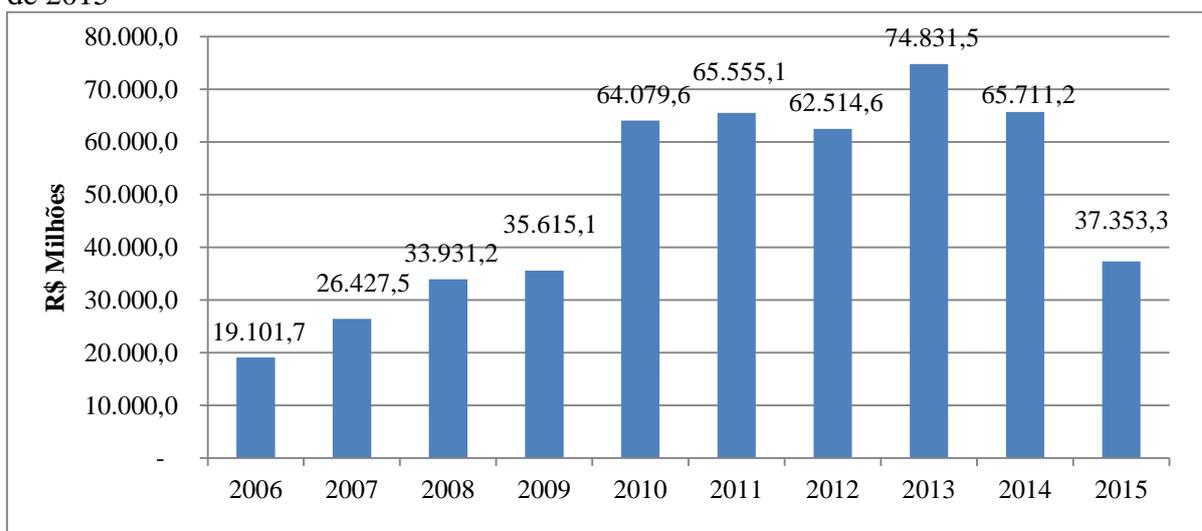


Fonte: Elaborada pelo autor com base no BNDDES (2016)

Conforme a figura 7, grande parte do período houve crescimento dos desembolsos do BNDDES, a micro empresas comparada a pequena e média foi a que recebeu maior parte dos desembolsos. No entanto a partir de 2014 houve uma queda na quantidade, essa queda nos desembolsos pode ser decorrência da crise econômica que atingiu o país nesses anos.

A Figura 8 apresenta a quantidade total de desembolsos destinados as MPes pelo BNDDES.

Figura 8 – Progressão de desembolsos anuais do BNDDES para MPes em R\$ milhões a preços de 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em BNDDES (2016)

Como observamos os desembolsos do BNDES para as MPes tiveram aumento significativo, entre o período de 2006 a 2013 os recursos totais disponibilizados tiveram um aumento de 292% no decorrer do período, no entanto em 2014 e 2015 apresentaram uma queda de 50% nos recursos. Na Figura 9 apresenta-se o número total de operações de 2006 a 2015, realizados pelo BNDES.

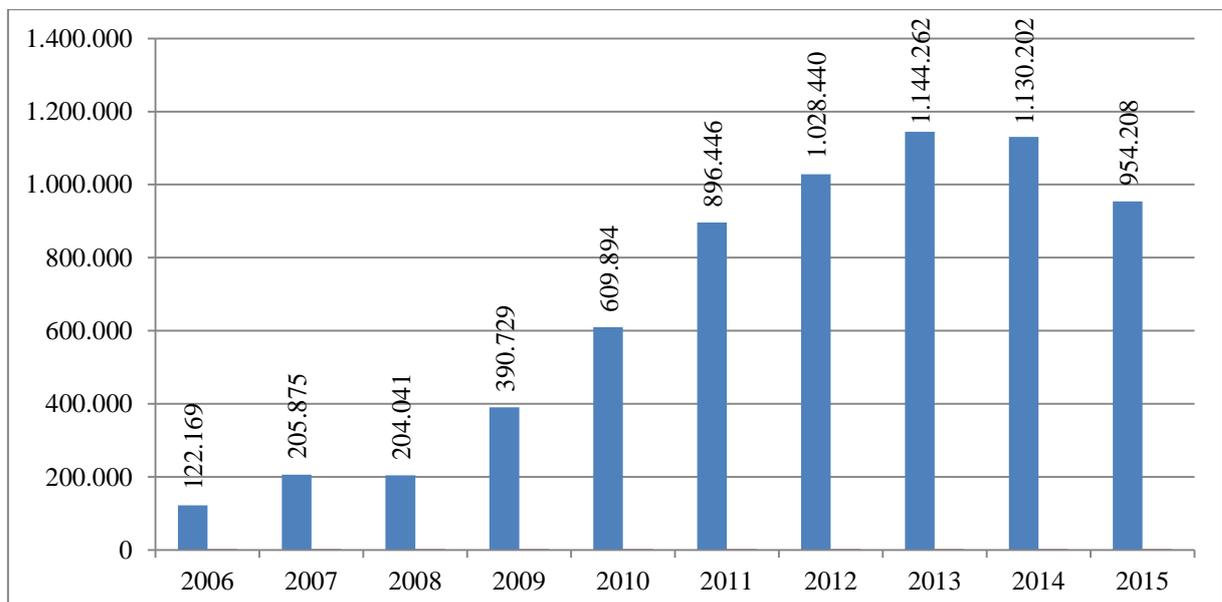
Tabela 4 - Desembolsos do BNDES para MPes por setor CNAE, em R\$ milhões de 2015

Setor CNAE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	5.174	6.84	6.874	7.138	10.603	10.024	11.496	17.695	15.212	11.759
Indústria extrativa	187	241	303	270	619	558	563	741	566	240
Indústria de transformação	2.341	3.387	4.382	4.090	8.790	10.095	12.736	12.460	9.515,4	5.332,5
Comércio e serviços	11.399	15.955	22.371	24.115	44.066	44.877	37.718	43.934	40.417	20.021
Total	19.101	26.427	33.931	35.615	64.079	65.555	62.514	74.831	65.711	37.353

Fonte: Elaborado pelo autor com base em BNDES (2016)

A tabela 4 permite observar o comportamento dos desembolsos do BNDES, para MPes, por setor CNAE. Assim, observa-se que os setores com maior participação nos desembolsos do banco são os de Comércio e Serviços, com R\$ 20 bilhões e de Agropecuária com R\$ 11,7 bilhões. A indústria de transformação também tem participação importante, com R\$ 5,3 bilhões.

Figura 9 – Número de operações realizadas pelo BNDES (Todos os portes de empresa)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em BNDES (2016).

Com base no gráfico, podemos observar que o número de operações totais para todos os portes de empresa apresenta um aumento, sendo que do período de 2010 até 2013 é o período que apresenta maior crescimento, em torno de 27,5%. Nesse período podemos dizer que esse aumento é em decorrência de políticas adotadas pelo governo com a finalidade de estimular o crescimento da economia brasileira, esses estímulos possibilitaram uma expansão de financiamentos de longo prazo nas empresas brasileiras. No entanto a partir de 2014 até 2015 ocorre uma queda no número de operações, em torno de 15,6 %, podendo ser resultado da crise econômica.

A Tabela 5 mostra a quantidade de operações do BNDES para todos os portes de empresa do período de 2006 a 2015.

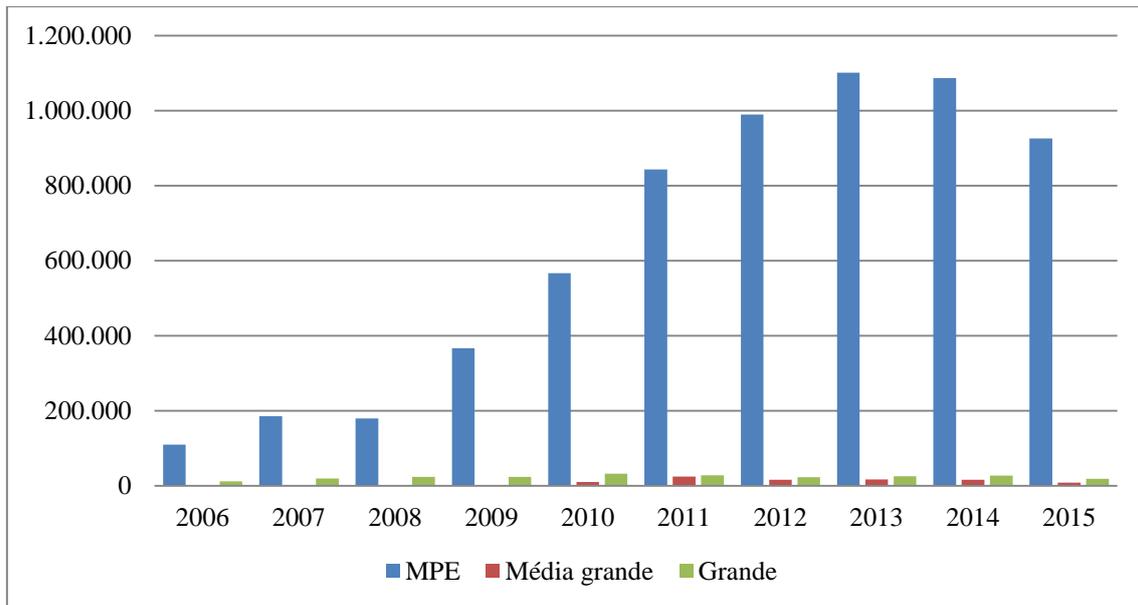
Tabela 5 – Número de operações do BNDES por porte de empresa

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MPE	110,099	185,989	179,858	367,018	566,544	843,147	989,618	1,101,248	1,086,841	926,178
Média grande	-	-	-	-	10,533	24,947	15,978	17,030	16,114	9,068
Grande	12,070	19,886	24,183	23,711	32,817	28,352	22,844	25,984	27,247	18,962

Fonte: Elaborada pelo autor com base em BNDES (2016)

Como podemos observar as MPE durante o período de 2006 a 2013 foram as que mais aumentam as operações junto ao BNDES, esse aumento foi de 900%. As operações da grande empresa nesse mesmo período aumentaram 115%. Da mesma forma que a Figura 8 e 9 ocorreu queda das operações e desembolsos do BNDES.

Figura 10 – Evolução no número de operações do BNDES por empresas



Fonte: Elaborada pelo autor com base em BNDES (2016)

Conforme a Figura 10, observamos a evolução das MPEs no número de operações em relação a média-grande e grande empresa no período de 2006 a 2015. As operações do BNDES grande parte são destinadas as micro e pequenas empresas, no entanto é necessário ressaltar que isso não significa que os valores dos desembolsos são maiores para as MPE.

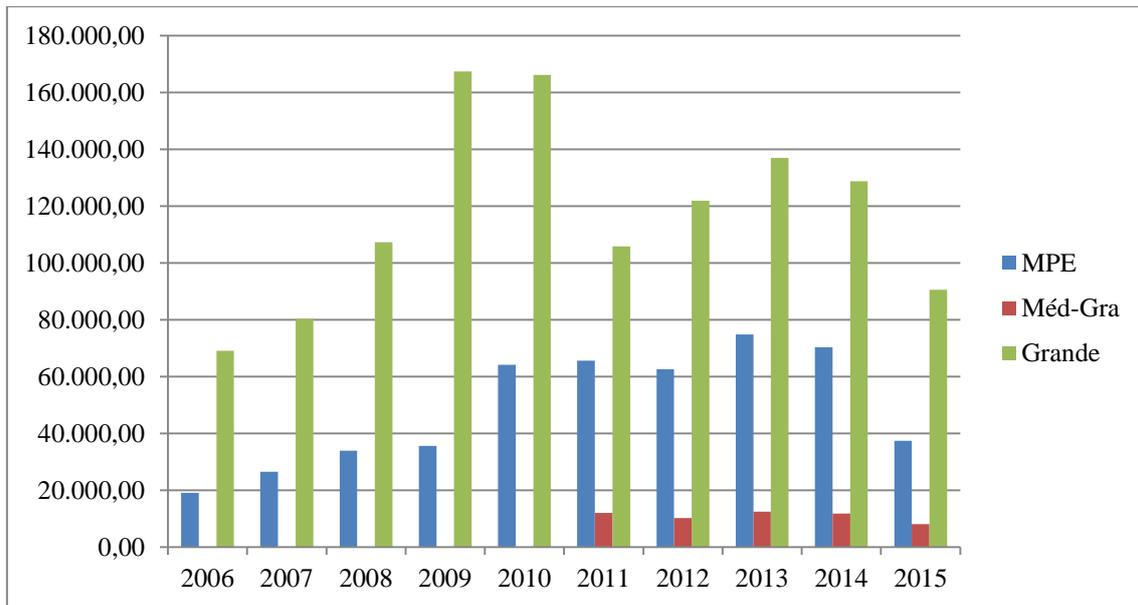
Tabela6 – Desembolsos do BNDES do período de 2006 a 2015 em R\$ milhões de 2015

Porte	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MPE	19.101	26.427	33.931	35.615	64.079	65.555	62.514	74.831	70.325	37.35
Média grande							11.967	10.176	12.454	11.704
Grande	69.072	80.311	107.219	167.418	166.125	105.800	121.870	136.959	128.712	90.512
Total	88.173	106.738	141.150	203.033	230.204	183.322	194.560	224.244	210.741	98.588

Fonte: Elaborado pelo autor com base em BNDES (2016)

A tabela6 demonstra a quantidade desembolsos do BNDES de 2006 a 2015, deflacionada pelo IPCA 2015. Como observamos pela quantidade de recursos disponibilizados, o volume de recursos é maior para as grandes empresas, é importante ressaltar que os recursos disponibilizados para as grandes empresas são maiores em função das suas atividades. De 2006 até 2013 os desembolsos para grande empresa cresceram 98%, enquanto os recursos das MPEs aumentaram 291,7%. Em relação a empresa média-grande os dados disponíveis pelo BNDES são a partir de 2011.

Figura 11 – Evolução dos desembolsos do BNDES a preços de 2015 por porte de empresas



Fonte: Elaborada pelo autor com base em BNDES (2016)

Conforme a figura 11 – podemos observar o que tínhamos dito em relação ao número de operações ser maior para as micro e pequenas empresas, quando a comparação é em relação aos desembolsos por porte de empresa, a quantidade de recursos disponibilizados para micro e pequenas empresas é menor em relação as grandes empresas.

De acordo com Gomes e Gomes (2007, p.2)

Ainda que esteja crescendo os recursos liberados para as MPMEs e que haja um a meta do BNDES em promover uma política de desenvolvimento atuando sobre as MPMEs, a proporção de recursos destinados a esse segmento é muito menos do desejável. A simples exigência de estar em dia com as obrigações fiscais para obter crédito restringe a maioria das MPMEs no acesso aos recursos proposto

Como dito anteriormente, apesar dos desembolsos do BNDES aumentaram significativamente para as micro e pequenas empresas elas ainda encontram dificuldade quando o assunto é financiamento. A próxima seção abordará as linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES para as micro e pequenas empresa.

4.3 Linhas de Financiamento do BNDES para MPEs

As concessões de financiamentos pelo BNDES podem ser feitas de forma direta ou indireta, no caso das MPEs o BNDES utiliza a forma indireta, neste caso o financiamento se dá através de instituições financeiras credenciadas pelo BNDES (2016). Assim como em qualquer outro banco, é necessário por parte das empresas atenderem algumas regras impostas pelo banco para fornecer o financiamento.

O BNDES para fornecer o financiamento exige que as empresas estejam em dia com suas obrigações fiscais, tributárias e sociais. Além disso, a empresa necessita demonstrar a capacidade de pagamento, para que sejam feitas as análises de risco. Essa exigência é fundamental para analisar todos os custos do negócio. A empresa solicitante junto ao BNDES não pode apresentar restrições cadastrais (BNDES, 2016).

De acordo com a Cartilha BNDES (2012, p.8) as garantias exigidas para o fornecimento dos recursos do BNDES são as seguintes: a) hipoteca de imóveis, próprios ou de terceiros; b) penhor de bens; c) propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos; d) fiança dos sócios/diretores; e) aval dos sócios/diretores;

No capítulo anterior destacamos que as MPEs em alguns casos esbarram na falta de garantias para que o banco conceda o financiamento. No entanto, conforme a Cartilha BNDES (2016, p.9), “O BNDES disponibiliza às micro, pequenas e médias empresas, assim como às pessoas físicas do segmento de transporte rodoviário de cargas, o Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), que complementa a garantia oferecida pelo cliente e, assim, facilita o acesso ao crédito”. O BNDES FGI é uma forma complementar de garantias utilizada pelo banco para as MPEs que encontram dificuldade na apresentação das garantias.

De acordo com Coutinho *et al.* (2009, p.63), “O FGI se baseia em modelo de concessão de garantias que exige pagamento de encargo de garantia do Fundo. O encargo é dimensionado para cobrir as despesas com pagamentos de honras, o que o torna o FGI autossustentável”.

O principal produto financeiro fornecido pelo banco, sobretudo para MPEs, é o Cartão BNDES, lançado em 2003. É um cartão de crédito rotativo pré-aprovado, sendo responsável por financiar a “aquisição de bens de capital e bens de capital e de bens de produção em geral (MORAIS, 2008). O crédito rotativo e pré-aprovado para micro, pequenas e médias empresas é de até R\$1 milhão (BNDES, 2016).

O cartão BNDES conta com 5.400 fabricantes credenciados que comercializam seus produtos com cartão. Os bancos credenciados a atuar nessa modalidade é o Banco do Brasil,

Bradesco e Caixa Econômica Federal (MORAIS, 2008). O Cartão BNDES é fundamental, pois através dele as empresas dispõem de mais de 270 mil produtos para expandir sua produção e que podem ser comprados com o cartão.

De acordo com a Cartilha do BNDES (2016, p.12), o cartão pode ser utilizado para compra computadores e *softwares*, embalagens, equipamentos de informática e automação industrial, serviços de design, ergonomia e modelagem de produtos, móveis e utensílios, motos e caminhões, materiais para a construção civil e etc. Algumas instituições estão cadastradas para a emissão do cartão, entre elas o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banrisul, Bradesco, BRDE, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, Sicoob e Sicredi.

Outra forma de financiamento disponível pelo BNDES é o BNDES Automático, essa modalidade o banco fornece recursos para projetos de investimentos de até R\$ 20 milhões. Esse programa é para projetos de inovação, pesquisa, infraestrutura, investimentos para ampliação e modernização de ativos fixos. O financiamento é disponível para as micro, pequenas e médias empresas, sendo que o financiamento é prioritário para as médias-empresas, grandes empresas conforme BNDES (2016).

Entre os projetos que podem ser financiados estão: Obras civis, montagem e instalações; máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional e credenciados no BNDES; móveis e utensílios;. despesas pré-operacionais; gastos com estudos e projetos de engenharia relacionados ao investimento; gastos com qualidade e produtividade, pesquisa e desenvolvimento, capacitação técnica e gerencial, atualização tecnológica e tecnologia da informação (BNDES, 2016).

O BNDES oferece outros produtos de financiamento, entre elas está o BNDES Finame Linha Aquisição e Comercialização de Bens de Capital, esse programa possibilita o financiamento de máquinas e equipamentos, produtos de informática e automação. Os bens comercializados nesse programa obrigatoriamente devem ser nacionais, novos e credenciados no BNDES.

O banco possui também o BNDES Finame Agrícola Linha Aquisição de Bens de Capital, específico para o setor agrícola que é responsável por financiamento de máquinas e implementos agrícolas, da mesma forma, como tínhamos dito anteriormente os bens devem ser novos e nacionais credenciados pelo BNDES (BNDES 2016).

No entanto, cabe ressaltar que o BNDES oferece outras formas de financiamento, tanto para MPEs, quanto para grandes empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As micro e pequenas empresas no Brasil exercem um papel importante na economia brasileira. São as principais geradoras de emprego e renda, sendo os setores de principal destaque o de comércio e serviço. Apesar dessa importância, as micro e pequenas empresas quando necessitam de financiamento para expandir seus empreendimentos esbarram em dificuldades de acesso ao crédito.

Baseado no referencial teórico pós-keynesiano e o circuito de investimento *finance-funding* buscou-se demonstrar a importância do crédito para o investimento nos seus meios de produção. O circuito indica a não necessidade de poupança prévia para o investimento, sendo que essa poupança seria gerada após aplicação do crédito no processo produtivo.

Como visto, para os pós-keynesiano aliado a decisão dos agentes de investir está presente a incerta, que diferentemente do risco não pode ser estimada, não existindo métodos matemáticos para estimação. Desse modo, tamanha a incerteza presente no ambiente de tomada de decisões os indivíduos definem suas preferências, quanto maior a incerteza maior a preferência por liquidez ao invés de investir.

No referencial abordado a questão da intervenção estatal é fundamental para os pós-keynesianos na correção de falhas deixadas pelo setor privado e estímulo da economia. A intervenção estatal pode se dar através de bancos de desenvolvimentos que atuam em áreas de baixa atratividade no setor privado.

No entanto, apesar do investimento ser fundamental para o crescimento das empresas, não necessitando de uma poupança prévia conforme o referencial pós-keynesiano, quando relacionado se trata das micro e pequenas empresas existem problemas adicionais comparativamente a outras modalidade de empresas.

As micro e pequenas empresas quando necessitam de investimento se deparam com a falta dele, devido ao problema de deficiência de informações consistentes de seu faturamento, registro contábil, entre outras. Esses fatores acabam afetando e dificultando o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas. Essa falta de informações consistentes impossibilita instituições financeiras de realizem análise de risco sobre a capacidade de pagamento das MPEs.

Portanto as MPEs não oferecem as garantias reais impostas pelos bancos privados, essa falta de garantias acaba gerando uma grande incerteza em torno capacidade de pagamento dos pequenos negócios, tornando o acesso ao crédito dificultoso. No entanto, essa dificuldade vem sendo superada gradativamente, através da intervenção estatal por meio do BNDES essa falta de crédito vem sendo suprida.

Conforme os desembolsos de 2006 a 2015 apresentados no estudo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem uma participação significativa no financiamento das micro e pequenas empresas no Brasil. Como visto, as MPEs enfrentam diversas dificuldades no acesso a financiamento, devido a falta de garantias necessárias para obtenção de crédito. No entanto, o Estado brasileiro atua como forma de correção dessa falha deixada pelo mercado, por meio do BNDES, realiza grande parte dos financiamentos das MPEs,.

Como se observa na evolução dos desembolsos do BNDES é notório a participação do banco no financiamento das pequenas empresas, através de linhas de crédito destinadas especificamente para as MPEs atende esses gargalos deixados pelo setor privado.

Portanto, esse estudo buscou analisar as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas dada a sua importância na economia brasileira. Outro ponto que buscou mostrar e o papel do BNDES no seu financiamento através de análise de seus desembolsos para as micro e pequenas empresas. Em novos estudos pode aprofundar a questão do impacto dos desembolsos do BNDES na geração de emprego e renda. Outra linha de investigação que pode ser estudada é forma que reduzam a assimetria de informação presente na MPEs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. S. G; *et al.* Padrões de financiamento das empresas: A experiência brasileira. In. **Financiamento das corporações : perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Organizadores: Marcos Antônio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho. – Brasília: Ipea, 2013.
- ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**, Editora Atlas, São Paulo, Ed 11º, 2012
- BEDÊ, M. A. **Gargalos no financiamento dos pequenos negócios no Brasil**. In. SANTOS C. A. organizador. **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas – 2. ed.** – Brasília: Sebrae, 2004
- BNDES. Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social. **Apoio às micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro, 2016.
- BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/> Acessado em 1 de junho.(2016)
- BRASIL. **Lei Complementar N° 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- CANUTO, O. Crédito para Pequenas e Médias Empresas no Brasil. P.132,134,2002
- CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema *financeiro*. In. SANTOS C. A. **Sistemas financeiros e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2004.
- CARVALHO, FERNANDO JOSÉ CARDIM DE, [et al]., **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**, Rio de Janeiro-RJ, Elsevier, 2007
- CASTELO, A. M.; DIAS, E. C. **O duplo nó do financiamento de longo prazo**. 2014
- CINTRA, M. A.M. **O circuito keynesiano de finance-investimento-funding nos centrais e nos de inflação crônica**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 1995
- COSTA, F. N. Circuito decisão – *Finance* – Investimento – Renda – Aplicações – *Funding*. In **Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista**. São Paulo: Books, Makron, 1999.
- COUTINHO, L. G; [et al.] **Inclusão financeira no Brasil: o papel do BNDES**. In – FELTRIN, L. E. et al. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes autores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.
- COUTO, A.; TRINTIM, J. **O Papel do BNDES no Financiamento da Economia Brasileira**. 2012. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/011020121854415026_Ana%20Cristina%20Lima%20Couto.pdf>. Acesso em: 30 setembro 2016.

DEOS, S.; MENDONÇA, A. R. R. **Uma proposta de delimitação conceitual de bancos públicos.** In – JAYME, F.G.; CROCO, M. **organizadores. Bancos públicos e desenvolvimento.** IPEA, Rio de Janeiro, 2010

DIAMOND, W. **Bancos de desenvolvimento.** Editora Fundo de cultura, Rio de Janeiro, 1961

FERRARI, F. & ARAÚJO, J. P. **Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana.** In - Anais V Encontro Nacional Da Sociedade de Economia Política. 2000.

FERRARI, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível?** - Nova Economia, Belo Horizonte v. 11 n. 1 jul. 2001

FERRAZ, J. C.; ALÉM, A. C.; MADEIRA, R. F. **A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo.** Revista do BNDES 40, dezembro 2013.

GARCIA, R. L. **O papel da incerteza na formação das expectativas e na determinação da taxa de juros.** 1999

GOMES, A. P. W.; GOMES, A. P. **Financiamento de micro, pequenas e médias empresas: Uma Análise de Desembolso do BNDES.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007.

HERMANN, J. **Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Revista de Economia, 2011

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil.** 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>> Acessado em: 13 de agosto 2016.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. **CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NO SEGMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.**In. **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento /** Anselmo Luís dos Santos, José Dari Krein, Andre Bojikian Calixtre: organizadores. – Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

LA ROVERE, R.L. **Sistematização do Painel: Micro, Pequena e Médias Empresas,** IE/UFRJ, p.75-115,2002

MADI, M. A. C.; GONÇALVES, J. R. B. **Produtividade, Financiamento E Trabalho: Aspectos Da Dinâmica Das Micro E Pequenas Empresas (MPE) No Brasil.** In. **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento /** Anselmo Luís dos Santos, José Dari Krein, Andre Bojikian Calixtre: organizadores. – Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

MAROLLI, G. **Desenvolvimento local**: Um estudo baseado na importância das micro e pequenas empresas o município de Pitanga/PR. Dissertação de Mestrado – Universidade do Contestado (UnC), Canoinhas, 2011.

MORAIS, J. M. **Programas Especiais De Crédito Para Micro, Pequenas E Médias Empresas**: BNDES, PROGER e Fundos Constitucionais De Financiamento. Brasília: Ipea, 2008.

MORAIS, J. M. **Empresas de pequeno porte e as condições de acesso ao crédito**: falhas de mercado, inadequações legais e condicionantes macroeconômicos. Brasília: Ipea, 2006.

MUNHOZ, D. G. **ECONOMIA Aplicada**: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica. Brasília, DF: EditoraUnB, 1989.

PAULA, L. F. **Financiamento, Crescimento Econômico e Funcionalidade do Sistema Financeiro**: Uma Abordagem Pós-Keynesiana. Est. Econ, São Paulo, vol. 43, n.2, p. 363-396, abril-jun. 2013.

PELLISSARI, S. S. A. **A Importância Da Reavaliação do papel dos bancos de desenvolvimento e o caso do BANDES**. Dissertação de mestrado, Fundação Getulio Vargas, Vitória, 2001

POMBO, P. et al. **La evolución de los sistemas de garantía en américa latina como actores de la inclusión de la micro y la pyme en el sistema financiero**. In - SANTOS, C. A. **Pequenos Negócios** : Desafios e Perspectivas: Serviços Financeiros /. Brasília: SEBRAE, 2013

REZENDE, M. F. C. O circuito *finance*-investimento-poupança- *funding* em economias abertas. **Revista de Economia Política**, 28 (109), pp. 136-154, 2007.

SANTOSC. A. **Assimetria de informações e racionamento da oferta de crédito**. In – SANTOSC. A. organizador. **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas**: diagnósticos e perspectivas – 2.ed – Brasília: Sebrae, 2004

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Participação das micro e pequenas empresas na economia**. Brasília: SEBRAE, 2014a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em: 30 de março 2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Participação das micro e pequenas empresas na economia**. Brasília: SEBRAE, 2015. Disponível em: <<http://observatorio.sebrae.com.br/midias/downloads/01042015153936.pdf>> Acessado em: 3 de abril 2016

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – **O Financiamento dos pequenos negócios no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2014b. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/\\$File/5138.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/$File/5138.pdf)> Acessado em: 24 de outubro 2016

SEBRAE.Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Sobrevivência e mortalidade das empresas paulistas de 1 a 5 anos**. Brasília: SEBRAE, 2003. Disponível em:<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/1_a_5_anos_mortalidade_empresas_paulistas_2000_2001.pdf>Acessado em: 10 de setembro 2016

ZICA, R. M. F. **Garantias de Crédito para As Micro e Pequenas Empresas Brasileiras: A Atuação Do Sebrae**. 2008.

ANEXOS

ANEXO A

Tabela 1 – Desembolsos do BNDES entre 2006 a 2015 em R\$ milhões a preços correntes

Porte	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Micro	4,761.1	6,531.1	8,139.9	10,854.5	21,627.8	23,295.5	23,888.5	30,686.1	28,694.9	19,062.8
Pequena	2,269.7	3,456.8	5,200.9	5,817.7	10,266.3	11,997.9	12,507.6	16,703.5	15,923.7	10,003.9
Média	4,086.5	6,078.7	8,505.3	7,246.7	13,684.3	14,366.8	13,725.8	16,153.8	14,755.6	8,286.6
Total	11,117.4	16,066.5	21,846.2	23,918.9	45,578.3	49,660.2	50,121.9	63,543.5	59,374.3	37,353.3

Fonte: Elaborada pelo autor com base em BNDES (2016)

ANEXO B

Tabela 2 – Desembolsos do BNDES do período de 2006 a 2015 em R\$ milhões a preços correntes (Todos os portes de empresa)

Porte	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MPE	11,117.4	16,066.5	21,846.2	23,918.9	45,578.3	49,660.2	50,121.9	63,543.5	63,543.5	37,353.3
Média Grande					4,683.3	9,065.7	8,159.2	10,575.8	10,575.8	8,076.4
Grande	40,200.6	48,825.3	69,031.7	112,437.4	118,161.2	80,147.5	97,711.1	116,299.7	116,299.7	90,512.3
Total	51,318.0	64,891.8	90,877.9	136,356.4	168,422.7	138,873.4	155,992.3	190,419.0	190,419.0	135,942.0

Fonte: Elaborada pelo autor com base em BNDES (2016)

ANEXO C

Tabela 3 – Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA)

2006.12	2615.05
2007.12	2731.62
2008.12	2892.86
2009.12	3017.59
2010.12	3195.89
2011.12	3403.73
2012.12	3602.46
2013.12	3815.39
2014.12	4059.86
2015.12	4493.17

Fonte: Elaborada pelo autor com base em IPEA DATA (2016)

